



RESULTADOS 4T18 e 2018

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; BM&FBovespa: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do País, anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre e do ano de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018, a Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, que será explicado na seção 3.4.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRIC 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. Além disso, a partir do primeiro trimestre de 2018, a fim de alinhar o Resultado Regulatório com as demonstrações financeiras apresentadas para a ANEEL, a Companhia passou a apresentar na linha “RAP Concessionárias” os valores referentes a RAP (Receita Anual Permitida) que não são contabilizados no Ativo Contratual. Estes valores anteriormente eram apresentados na linha de Outras Receitas, acompanhando o Resultado IFRS. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

29 de março de 2019
Sexta-feira
Brasília 11h
Nova York 10h

Tel.: + 55 11 3127 4971
Dial in: +1 929 378 3440
Senha: Taesa

Raul Lycurgo Leite
Marcus Pereira Aucélio
Cristiano Prado Grangeiro
Contato RI
Telefone

CEO
CFO e DRI
Gerente de RI
investor.relations@taesa.com.br
+ 55 21 2212 6060

ÍNDICE

1.	DESTAQUES DO RESULTADO	4
2.	VISÃO GERAL	6
2.1.	Estrutura Societária	6
2.2.	Estrutura Societária TBE	6
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	7
3.1.	Desempenho Operacional	7
3.2.	Ciclo da RAP 2018-2019	8
3.3.	Redução de 50% da RAP	9
3.4.	Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	11
3.5.	Receita Líquida IFRS	13
3.6.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	14
3.7.	EBITDA / Margem EBITDA IFRS	15
3.8.	Receita Líquida Regulatória.....	16
3.9.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	16
3.10.	EBITDA / Margem EBITDA Regulatório	18
3.11.	Composição do EBITDA Regulatório	19
3.12.	Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	20
3.13.	Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória.....	20
3.14.	Resultado Financeiro Líquido	21
3.15.	Impostos	22
3.16.	Lucro Líquido	25
3.17.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	27
3.18.	Endividamento	28
3.19.	Investimentos	30
3.20.	Projetos em Construção	30
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	33
4.1.	Receita IFRS por concessão	33
4.2.	Movimentação do Ativo Contratual	34
4.3.	DRE 4T18	35
4.4.	DRE 2018	36
4.5.	DRE IFRS 4T18 (Subsidiárias)	37
4.6.	DRE IFRS 2018 (Subsidiárias)	38
4.7.	DRE Regulatório 4T18 (Subsidiárias).....	39
4.8.	DRE Regulatório 2018 (Subsidiárias).....	40
4.9.	Reconciliação do EBITDA.....	41
4.10.	Balanço Patrimonial	42
4.11.	Fluxo de Caixa	43

1. DESTAQUES DO RESULTADO

2018 REFORÇA CRESCIMENTO COM FOCO NA CRIAÇÃO DE VALOR AOS ACIONISTAS

2018 foi um ano de importantes avanços para a Taesa e reafirmou o comprometimento da Companhia com os seus principais pilares estratégicos: crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor a seus acionistas.

No que tange ao crescimento sustentável, a Companhia realizou importantes aquisições ao mesmo tempo em que se sagrou vencedora no leilão de transmissão da ANEEL, todos eles com retornos atrativos, reforçando a disciplina financeira e a geração de caixa da Companhia e possibilitando a manutenção do pagamento de dividendos aos nossos acionistas nos mesmos níveis históricos.

No que se refere às aquisições, em março de 2018 foi concluída a aquisição pela Taesa da participação de 24,95% e de 50,10% por parte da sua coligada, a Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE"), no capital social da IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A., atualmente denominada EDTE, empreendimento ainda em construção com previsão de conclusão em dezembro deste ano. Nos ativos referentes ao leilão da Eletrobrás, a Companhia exerceu o seu direito de preferência em relação ao lote M, que inclui os ativos das Transmineiras, bem como realizou o lance mínimo nos ativos da Brasnorte (Lote L) e da ETAU (Lote N), onde não houve ofertas concorrentes. Além disso, em dezembro a Taesa celebrou contrato de compra e venda dos 4 ativos da Âmbra Energia S.A., representando 100% das ações da São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT") e da São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT") e 51% das ações Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. ("TMT") e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. ("VSB"). Todas essas aquisições somam R\$ 212,6 MM de RAP e investimento de cerca de R\$ 1,5 bilhão. Adicionalmente, a Taesa participou do leilão de transmissão da ANEEL nº 004/2018, promovido em 20 de dezembro de 2018, onde sagrou-se vencedora do Lote 12, hoje denominada Sant'Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A., com RAP de R\$ 58,9 MM e CAPEX ANEEL de R\$ 610 MM.

Vale destacar ainda a evolução dos 9 empreendimentos em construção, incluído o lote 12 adquirido recentemente, que somam R\$ 643 MM de RAP e investimentos de quase R\$ 3,8 bilhões (considerando apenas a participação Taesa). A Companhia já vem capturando ganhos de eficiência importantes, como antecipações na obtenção de algumas licenças ambientais com oportunidades de antecipação na entrega, otimizações de Capex e melhores condições atuais de financiamento. As licenças prévias foram obtidas para praticamente todos os projetos (exceto Sant'Ana e as instalações de 500 kV de Ivaí) e os benefícios fiscais SUDAM/SUDENE foram todos aprovados ainda em 2018.

Na frente de eficiência operacional, a Companhia continuou registrando alta taxa de disponibilidade de suas linhas de transmissão, que no ano de 2018 ficou em 99,94%; enquanto a PV para o mesmo período representou apenas 1,2% da RAP da Companhia, reforçando o compromisso da Taesa em manter a qualidade na operação e manutenção dos ativos que opera.

Em relação ao resultado em IFRS do 4º trimestre e do ano de 2018, houve mudança contábil referente à adoção do IFRS 15 (CPC 47), onde a Companhia passou a utilizar o conceito de ativo contratual em substituição ao ativo financeiro, explicado na seção 3.4 desse relatório.

O Lucro Líquido Societário (IFRS) de 2018 foi positivamente impactado pela adoção do CPC 47, no montante de R\$ 116,9 MM, e pelos maiores índices inflacionários em 2018, principalmente o IGP-M, com impacto de mais de R\$ 370 MM ano-contra-ano na receita de correção monetária. Com isso, o lucro líquido totalizou R\$ 1.071,3 MM em 2018 versus R\$ 648,3 MM em 2017 (+65,3%).

É importante salientar que o impacto da adoção do CPC 47 não teve efeito caixa e resultou em uma antecipação de resultado contábil a partir do conceito da margem de construção. Portanto, a fim de evitar um impacto na posição de caixa da Companhia e, conseqüentemente, na sua alavancagem, a Taesa continuará remunerando seus acionistas com base em um lucro líquido ajustado que reflete o método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado); isto é, de forma simplificada, o lucro ajustado será o lucro líquido excluindo a margem de construção. Sendo assim, o lucro líquido ajustado do exercício social de 2018 ficou em R\$ 954,4 MM. Excluindo as reservas legal e de incentivo fiscal, os dividendos a serem distribuídos sobre este resultado será de R\$ 858,1 MM, representando um dividend payout de 89,9% (vide tabela na seção 3.16). Desse total, já foram pagos em 2018 R\$ 800,9 MM, restando pagar R\$ 57,2 MM (R\$ 0,17/Unit) ainda a ser aprovado pela Assembleia Ordinária de Acionistas.

A Receita Líquida Regulatória totalizou R\$ 332,0 MM no 4T18, 25,5% menor quando comparado ao mesmo período de 2017. No ano de 2018 essa receita totalizou R\$ 1.526,7 MM, uma redução de 12,0% em comparação ao ano de 2017 (R\$ 1.734,9 milhões). O corte de 50% na RAP em algumas concessões nos ciclos 2017-2018 e 2018-2019 foi o principal responsável pela queda da receita entre os períodos comparados. Já os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de 38,8% entre 4T18 e 4T17 e de 11,5% entre 2018 e 2017, crescimentos acima da inflação devido principalmente a efeito não recorrente. Com isso, o EBITDA Regulatório no trimestre ficou em R\$ 260,2 MM, 33,9% menor que o 4T17 e uma margem EBITDA de 78,4% (versus 88,4% no 4T17). No ano de 2018 o EBITDA fechou em R\$ 1.305,0 MM, 15% menor que 2017 e com uma margem EBITDA de 85,5% (versus 88,5% em 2017). Excluindo os efeitos não recorrentes do trimestre, as margens EBITDA no 4T18 e 2018 seriam de 83,7% e 86,6%, respectivamente.

Ao fim de 2018, a Taesa apresentou uma posição de caixa de R\$ 823,8 MM e uma dívida líquida de R\$ 2.446,3 MM, 9,7% maior que a dívida líquida registrada no 3T18. Com isso, o índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA) da Companhia ficou em 1,7x no 4T18.

Em resumo, 2018 foi um ano de muito sucesso para a Companhia, comprovando o compromisso e dedicação de todos os seus colaboradores em trabalharem incessantemente e com muita motivação na busca pela eficiência/excelência operacional, disciplina financeira, crescimento sustentável com geração de valor para o acionista. E essa dedicação, motivação e esforços serão mantidos para que a Taesa possa realizar ainda mais conquistas em 2019 e nos próximos anos.

Principais Indicadores do 4T18 e 2018

R\$ MM	Consolidado					
	4T18	4T17	Var.%	2018	2017	Var.%
Receita Líquida Reg.	332,0	445,6	-25,5%	1.526,7	1.734,9	-12,0%
EBITDA Reg.	260,2	393,9	-33,9%	1.305,0	1.536,1	-15,0%
Margem EBITDA Reg.	78%	88%	-10,0 pp	85,5%	88,5%	-3,1 pp
Receita Líquida IFRS	564,1	360,6	56,5%	1.635,2	1.077,1	51,8%
Lucro Líquido IFRS	327,1	277,6	17,8%	1.071,3	648,3	65,3%
Dividendos e JCP	382,7	185,6	106,2%	800,9	433,6	84,7%
Dívida Líquida	2.446,3	2.408,7	1,6%	2.446,3	2.408,7	1,6%

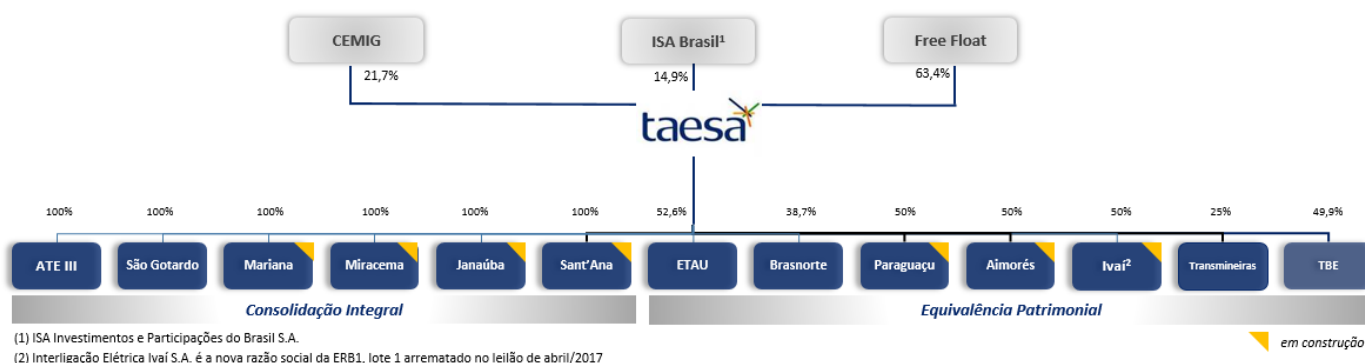
R\$ MM	Consolidado e Participações					
	4T18	4T17	Var.%	2018	2017	Var.%
Receita Líquida Reg.	430,3	553,6	-22%	1.950,0	2.187,3	-11%
EBITDA Reg.	344,7	489,2	-30%	1.680,3	1.944,5	-14%
Margem EBITDA Reg.	80,1%	88,4%	-8,3 pp	86,2%	88,9%	-3%
Dívida Líquida	2.829,7	2.848,2	-0,7%	2.829,7	2.848,2	-0,7%
Div. Líquida/EBITDA	1,7	1,5	13,3%	1,7	1,5	12,3%

2. VISÃO GERAL

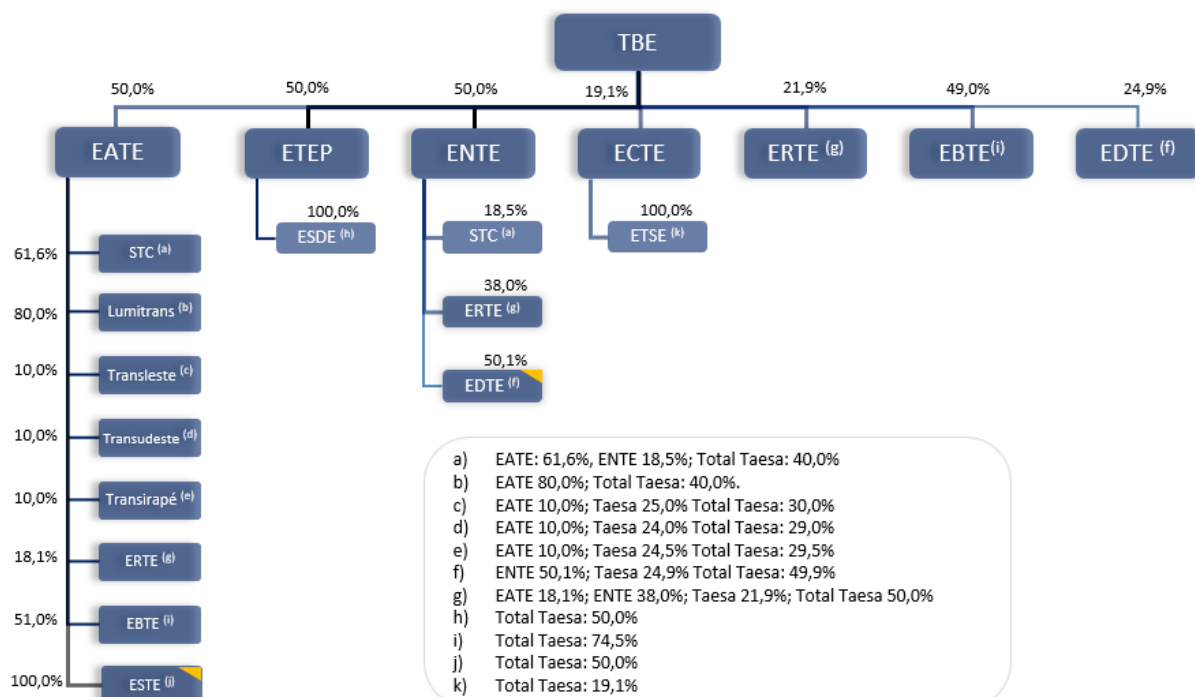
2.1. Estrutura Societária

As 36 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), (ii) 6 investidas integrais (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba e Sant'Ana) e (iii) 20 participações (ETAU, Brasnorte, Paraguaçu, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e a TBE).

A Taesa arrematou o lote 12 do leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL, realizado no dia 20 de dezembro de 2018, a uma RAP de R\$ 58.956.000,00. O empreendimento, nomeado como Sant'Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Sant'Ana"), está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, tem 587 km de extensão de linhas e um CAPEX ANEEL de R\$ 610 MM com prazo de construção de 48 meses. O contrato de concessão de Sant'Ana foi assinado em 25 de março de 2019.



2.2. Estrutura Societária TBE



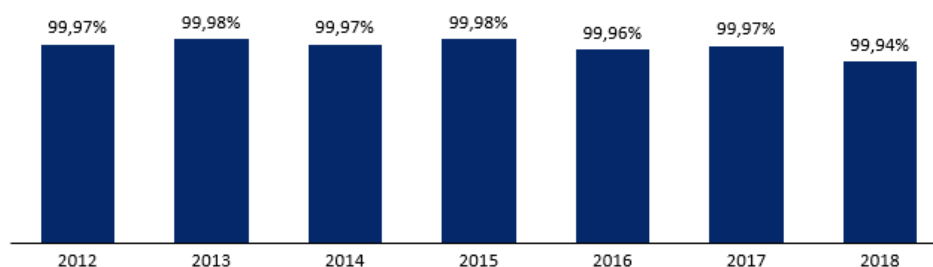
TBE é o nome fantasia dado ao grupo de 15 concessões.

em construção

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Desempenho Operacional

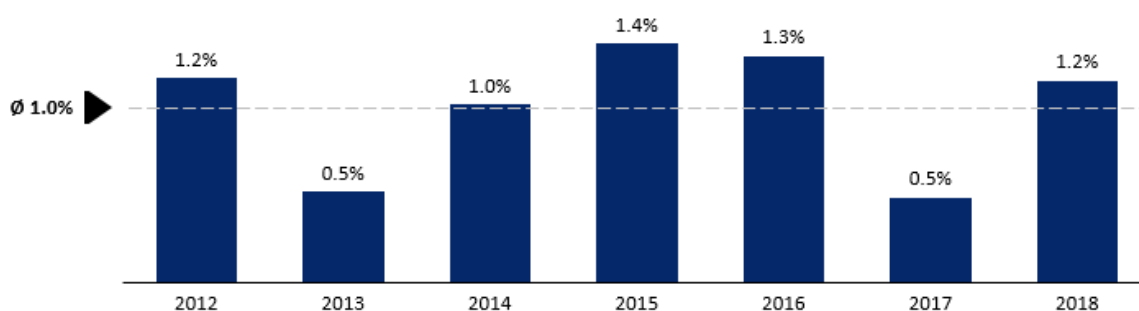
Com um desempenho operacional consistente ao longo dos anos, a Taesa apresentou, em 2018, uma taxa média consolidada de disponibilidade da linha de 99,94%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Brasnorte, Transmineiras e TBE.



A Taxa de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

$$\sum \frac{(Extensão da linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da linha \times 8.670 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV acumulada em 2018 foi de R\$ 20,3 MM, maior em R\$ 11,2 MM na comparação com 2017. Este aumento foi provocado, principalmente, por: (i) desligamento automático na ATE II (LT 500 kV Ribeiro Gonçalves / São João do Piauí C1) devido a danos por tiro em cadeia de isoladores; (ii) dois desligamentos automáticos na ATE III (LT 500 kV Itacaiúnas – Colinas), um por explosão da fase C do reator da linha e outro por explosão no TCAX fase A, associado ao disjuntor de meio (módulo geral) do vão da LT; e (III) reversões de uma série de provisionamentos em 2017.

3.2. Ciclo da RAP 2018-2019

Em junho de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.408/18 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2018-2019, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2018 até 30 de junho de 2019. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste de 4,26%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste de 2,86%.

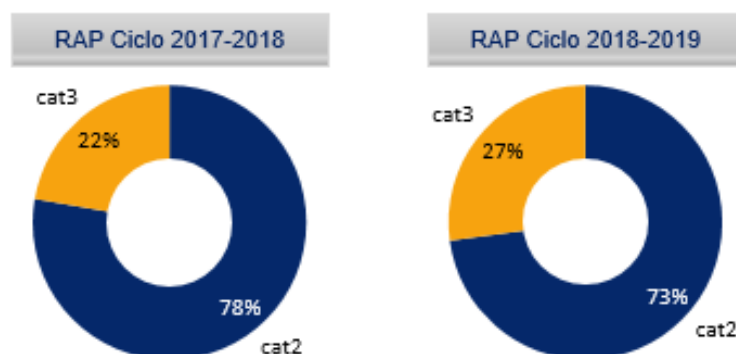
RAP (R\$ MM)	Ciclo 2016/2017	Ciclo 2017/2018	Ciclo 2018/2019
Ajuste IGP-M	11,1%	1,6%	4,3%
Novatrans ²	512,2	517,2	413,5
TSN ²	494,9	427,9	279,6
Munirah	35,9	36,5	38,0
GTESA	9,2	9,4	5,8
PATESA ²	23,9	25,0	26,1
ETAU ¹²	22,4	24,2	25,2
ETEO	112,8	88,1	91,9
NTE ²	151,0	153,4	125,2
STE ²	80,3	81,6	85,3
ATE I ²	146,7	149,0	155,4
ATE II ²	226,7	230,3	240,2
EATE ¹²	211,1	177,1	113,6
ETEP ¹	48,3	28,2	25,6
ENTE ¹	110,8	112,6	117,4
ECTE ¹	15,1	9,0	9,4
ERTE ¹²	24,9	25,3	26,3
Lumitrans ¹²	10,5	10,7	11,1
Transleste ¹⁶	2,0	12,2	12,8
Transirapé ¹⁶	1,5	9,8	10,2
Transudeste ¹⁶	1,2	7,3	7,6
Subtotal	2.241,6	2.134,7	1.820,4
Ajuste IPCA-A	9,3%	3,6%	2,9%
ATE III ²³⁵	112,2	116,3	119,8
São Gotardo ³	5,0	5,2	5,2
Mariana ³⁴	13,8	14,3	14,7
Miracema ³⁴	58,3	60,4	62,1
Janaúba ³⁴	174,6	180,3	185,4
Aimorés ³⁴	35,7	36,9	37,9
Paraguaçu ³⁴	53,3	55,0	56,6
Brasnorte ¹²³	9,7	10,1	10,2
STC ¹²³⁵	16,6	17,6	18,1
EBTE ¹²³	32,9	34,0	35,8
ESDE ¹³	6,3	6,5	6,7
ETSE ¹²³	4,1	3,7	3,8
ESTE ³⁴	50,5	52,1	53,6
Ivaí ¹³⁴	0,0	136,6	140,5
EDTE ¹³⁴⁷	0,0	32,1	33,0
Sant'Ana ³⁴	0,0	0,0	59,0
Subtotal	573,1	761,1	842,4
Total	2.815	2.896	2.663

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2018-2019 é de R\$ 2.663 MM, sendo 55% no nível da *holding*. Como nove concessões ainda estão em fase de construção (Mariana, Miracema, Janaúba, Paraguaçu, Aimorés, ESTE, Ivaí, EDTE e Sant'Ana), a RAP operacional da Taesa para o ciclo 2018-2019 ficou em R\$ 2.020 MM.

O reajuste da RAP para o ciclo 2018-2019 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Novatrans, GTESA, NTE, TSN, EATE e ETEP** sofreram o corte de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide página 9); (ii) **STE** apresentou entrada em operação de novas melhorias; (iii) **São Gotardo** apresentou efeito de revisão tarifária; (iv) **Brasnorte** apresentou entrada em operação de reforços e efeito de revisão tarifária; e (v) **EBTE** apresentou entrada em operação de reforço.

Vale destacar que o empreendimento Sant'Ana foi adquirido no leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL no dia 20 de dezembro de 2018 quando a Taesa se sagrou vencedora na disputa pelo lote 12.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE e Sant'Ana devem ser adicionados de PIS/COFINS.



¹ Valor de RAP proporcional a participação da Taesa em julho de 2017

² Incluindo os projetos de reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁶ TAESA aumentou stake em novembro de 2017

⁷ Aquisição em março de 2018

3.3. Redução de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2017-2018 e 2018-2019, sete concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans (NVT)**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018 e 19,1% da RAP em 23/12/2018; 45,2% da RAP entrará no 16º ano de operação em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrará no 16º ano de operação em 27/6/2019. No ciclo 2019-2020, 36,6% da RAP entrará no 16º ano de operação em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.

Para os ciclos futuros, treze concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrará no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrará no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ECTE entrará no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrará no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrará no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE entrará no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrará no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Nos ciclos anteriores, duas concessões atingiram o 16º anos de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE**³: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos ao corte de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

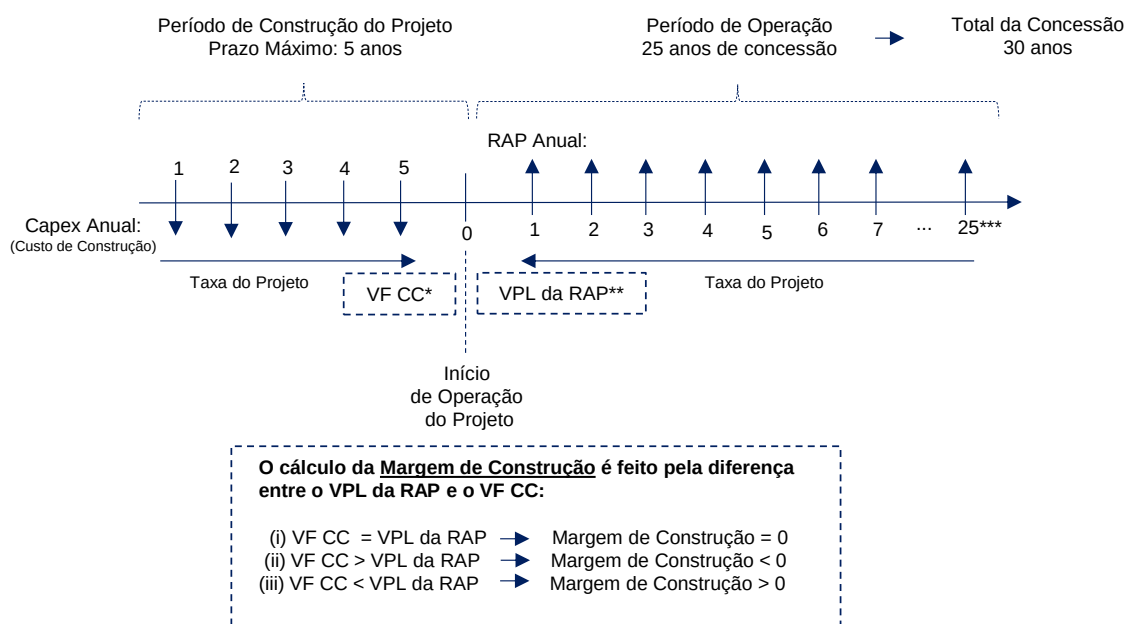
3.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimento com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão ("Taxa do Projeto"). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, brownfield, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.

FLUXO DE CAIXA DO PROJETO



* VF CC: Valor Futuro do Custo de Construção

** VPL da RAP: Valor Presente da Receita Anual Permitida (**Formação do Ativo Contratual**)

***VPL dos recebíveis incluem a RAP e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de construção na receita. Isto é, a receita de construção passa a constituir uma margem de construção, calculada pela diferença entre o VPL da RAP e Valor Futuro do Custo de Construção no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de construção era igual ao custo de construção mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de construção impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de construção passa a ser calculada pelo custo de construção mais a margem de construção ao longo do período pré-operacional.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetário do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de construção.

Impactos da mudança contábil para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018:

O ajuste gerado pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 31 de dezembro de 2017, o ajuste será lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido) no montante de R\$113.399.544,45;
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste será lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17. Por este ajuste não ter efeito caixa, não será distribuído como dividendos para o exercício social de 2018.

Os ajustes acima mencionados serão contabilizados na conta de Reserva Especial e Reserva Legal (5%), essa última refere-se apenas ao Resultado do Exercício de 2018, da Companhia. A conta de Reserva Especial será utilizada para futura distribuição de dividendos, tendo em vista que essa adoção não tem efeito caixa (impacto do resultado na fase de construção dos projetos (margem de construção), para não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia.

3.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 4T18 foi de R\$ 564,1 MM, 56,5% maior que o 4T17, devido principalmente pela mudança contábil com a adoção do CPC 47. Em 2018, a Receita Líquida IFRS totalizou R\$ 1.635,2 MM, 51,8% acima na comparação com 2017, impactada pela maior inflação no ano de 2018 e pela adoção do CPC 47.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão gera impacto na receita líquida em IFRS, especificamente nas linhas de receita de remuneração e de receita de construção, conforme detalhado na seção 3.4. As demais linhas da receita operacional líquida em IFRS mantêm exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente. Importante ressaltar também que os valores de 2017 consideram a contabilização do método utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amotizado).

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do quarto trimestre de 2018 foram: IGP-M de 1,52%, 0,89% e -0,49%, e IPCA de 0,48%, 0,45% e -0,21%, para os meses de setembro, outubro e novembro de 2018, respectivamente. No quarto trimestre de 2017, o IGP-M apurado foi de 0,47%, 0,20% e 0,52%, e o IPCA, de 0,16%, 0,42% e 0,28% para os respectivos meses de 2017.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	4T18	4T17	Var.%	2018	2017	Var.%
Operação e manutenção		145,5	139,8	4,1%	573,1	554,5	3,4%
Remuneração do ativo contratual de concessão		113,0	133,7	-15,4%	507,5	576,5	-12,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		68,7	46,5	47,7%	347,2	(23,2)	n/a
Construção e indenização		316,3	53,7	488,9%	415,4	88,8	367,6%
Total Receitas IFRS		643,5	373,7	72,2%	1.843,2	1.196,7	54,0%
Parcela variável		(7,4)	0,3	n/a	(20,3)	(9,0)	124,5%
Outras receitas operacionais		(19,6)	25,2	n/a	(14,7)	25,9	n/a
Receita operacional bruta		616,4	399,2	54,4%	1.808,3	1.213,6	49,0%
PIS e COFINS		(32,4)	(18,3)	77,2%	(92,8)	(55,4)	67,6%
ISS		(0,07)	(0,05)	48,1%	(0,20)	(0,2)	28,6%
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE		(19,8)	(20,3)	-2,1%	(80,1)	(81,0)	-1,2%
Deduções da receita bruta		(52,3)	(38,6)	35,6%	(173,05)	(136,5)	26,7%
Receita operacional líquida		564,1	360,6	56,5%	1.635,2	1.077,1	51,8%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** A variação positiva de 4,1% da receita de O&M na comparação entre o 4T17 e o 4T18 se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2018-2019, de 4,26% no IGP-M e 2,86% no IPCA, conforme Resolução Homologatória nº 2.408/18 (vide seção 3.2). A variação de 3,4% entre 2017 e 2018 é justificada pelos reajustes deste ciclo e do ciclo 2017-2018 (1,57% no IGP-M e 3,60% no IPCA).
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). A queda de 15,4% entre o 4T18 e o 4T17 se deve, principalmente, à amortização do saldo do ativo pelos recebimentos, e pela reversão da remuneração dos ativos ainda em construção (período pré-operacional), que com a adoção do CPC 47 não será mais contabilizada no período em construção. A realização dessa reversão considerou o período de 1º de janeiro de 2018 a 30 de setembro de 2018, tendo sido ajustada no 4T18. Na comparação entre 2018 e 2017, a queda de 12,0% entre os períodos se deve aos mesmos motivos acima mencionados, que foram em parte compensados pela correção monetária positiva nos últimos 12 meses.
- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. Entre 2017 e 2018, a receita de correção monetária apresentou um aumento de R\$ 370,4 MM e, entre o 4T17 e o 4T18, registrou

um crescimento de R\$ 22,2 MM. Estas variações ocorreram em razão dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, especialmente o IGP-M, ao qual a Taesa é atualmente mais exposta. No ano de 2018, o IGP-M acumulado foi de 9,68% enquanto o IPCA ficou em 4,05%. Já no acumulado de 2017, o IGP-M foi apurado em -0,86% e o IPCA em 2,80% (base para a correção monetária no ano: dezembro a novembro). Conforme mencionado no início da seção, o IGP-M acumulado do 4T18 foi de 1,92% e o IPCA de 0,72%, ante os seguintes valores registrados para o mesmo período de 2017: IGP-M em 1,19% e IPCA em 0,86%.

- **Construção e indenização:** A partir da adoção do CPC 47, detalhada na seção 3.4 (página 11), todo o ajuste na receita de construção desde 1º de janeiro de 2018 foi lançado neste trimestre. Conforme explicado na seção 3.4, as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de construção na receita. Portanto, devido à eficiência dos empreendimentos Miracema e Janaúba, subsidiárias integrais da Taesa, em 2018, assim como da evolução nas obras do projeto de Miracema no ano passado (Miracema se encontrava em fase de projeto em 2017), a Taesa registrou um aumento na receita de construção de R\$ 262,6 MM entre o 4T17 e o 4T18 e de R\$ 326,6 MM entre 2017 e 2018. Vide tabela com margem de construção dos empreendimentos na página 30.
- **Parcela variável (PV):** O aumento de R\$ 7,7 MM na comparação entre o 4T17 e o 4T18 e de R\$ 11,2 MM entre 2017 e 2018 é explicado basicamente (i) pelos desligamentos automáticos ocorridos na ATE II (LT 500 Kv Ribeirão Gonçalves – São João do Piauí C1) e ATE III (LT 500 kV Itacaiúnas – Colinas) no fim de 2018, e (ii) pelo maior volume de reversões concentrado no último trimestre de 2017 (maiores detalhes na página 7).
- **Outras receitas operacionais:** Os saldos negativos no 4T18 e em 2018 são explicados, basicamente, pela reclassificação em dezembro de 2018 de R\$ 23,2 MM relativos à EUST (Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão) para o passivo.
- **Deduções da receita bruta:** O aumento na comparação anual ocorreu em função do PIS/COFINS que seguiu a elevação na receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide página 20).

3.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 248,2 MM no 4T18, 111,8% maior quando comparado ao 4T17. Em 2018, o montante total foi de R\$ 506,6 MM, um aumento de 58,6% na comparação com 2017.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	4T18	4T17	Var.%	2018	2017	Var.%
Pessoal		(31,3)	(29,4)	6,7%	(123,6)	(119,2)	3,7%
Material		(175,4)	(65,3)	168,7%	(281,1)	(119,3)	135,7%
Serviço de terceiros		(19,3)	(16,5)	17,2%	(57,6)	(52,7)	9,4%
Outros		(20,5)	(4,7)	335,4%	(38,0)	(24,4)	55,9%
Total		(246,5)	(115,8)	112,8%	(500,2)	(315,5)	58,6%
Depreciação e amortização		(1,7)	(1,4)	22,6%	(6,4)	(3,9)	63,0%
Total		(248,2)	(117,2)	111,8%	(506,6)	(319,4)	58,6%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 6,7% na comparação entre o 4T17 e o 4T18 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo e o aumento de quadro em 2018. A variação positiva de 3,7% entre 2017 e 2018 também se deve aos mesmos motivos acima, entretanto foi compensado em parte pela rescisão de 3 executivos em regime estatutário-celetista para contratação pelo regime estatutário puro em 2017 (3T17).

- **Material:** O aumento de R\$ 110,1 MM entre o 4T17 e o 4T18 se deve, principalmente, à evolução dos empreendimentos em construção de Miracema (+R\$ 30,3 MM), Janaúba (+R\$ 24,8 MM) e do banco de capacitores na Novatrans (+R\$ 22,2 MM), e ao aumento de R\$ 29,3 MM referente aos reforços e melhorias nas concessões TSN e ATE II. Na comparação entre 2017 e 2018, houve um crescimento de R\$ 161,8 MM explicado também pela evolução na construção de Miracema (+R\$ 79,8 MM), Janaúba (+R\$ 26,9 MM), do banco de capacitores (+R\$ 27,4 MM) e com reforços e melhorias na TSN e ATE II (+R\$ 36,8 MM).
- **Serviços de Terceiros:** O crescimento anual de 17,2% no 4T18 é devido, sobretudo, à reversão no 4T17 dos custos com a 4ª emissão de debêntures após a sua liquidação, no valor de R\$ 2,9 MM. Na comparação entre 2017 e 2018, o aumento de 9,4% é explicado por maiores gastos com manutenção de equipamentos, serviços advocatícios e de TI e viagens, compensados em parte por menores gastos com limpeza de faixa.
- **Outros:** O crescimento anual nas comparações do trimestre e do acumulado do ano é resultado majoritariamente da revisão e atualização das provisões para contingências judiciais no valor de aproximadamente R\$ 14 MM. Excluindo este evento não recorrente, o montante total em 2018 ficaria praticamente em linha com o registrado em 2017.

3.7. EBITDA / Margem EBITDA IFRS

EBITDA IFRS no 4T18 totalizou R\$ 317,6 MM com margem EBITDA de 56,3%. O aumento de 29,8% do EBITDA IFRS na comparação anual é motivado pela adoção do CPC 47. Antes desta mudança contábil, o efeito da construção no resultado era praticamente nulo e portanto não gerava impacto no EBITDA. A partir da adoção do CPC 47, o efeito da construção no resultado é a margem de construção (vide seção 3.4), que impacta consequentemente o EBITDA IFRS. Como o ajuste na receita de construção desde 1º de janeiro de 2018 foi lançado neste trimestre, a margem de construção do acumulado do ano de R\$ 138,2 MM (líquidos de PIS/Cofins), impactou substancialmente o EBITDA no 4T18.

Em 2018, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 1.135,0 MM com margem EBITDA de 69,4%. O aumento anual de 49,0% do EBITDA IFRS é explicado também pela adoção do CPC 47, conforme detalhado logo acima. Entretanto, o principal motivo pelo aumento no acumulado do ano é a maior inflação registrada em 2018 quando comparado a 2017, que impactou substancialmente a receita de correção monetária em mais de R\$ 370 MM entre os períodos comparados.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

R\$ MM	4T18	4T17	Var.%	2018	2017	Var.%
Receita líquida	564,1	360,6	56,5%	1.635,2	1.077,1	51,8%
Custos e despesas	(246,5)	(115,8)	112,8%	(500,2)	(315,5)	58,6%
EBITDA	317,6	244,7	29,8%	1.135,0	761,6	49,0%
Margem EBITDA	56,3%	67,9%	-11,6 pp	69,4%	70,7%	-1,3 pp

3.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 4T18 totalizou R\$ 332,0 MM, 25,5% menor que no 4T17. Em 2018, a Receita Líquida Regulatória totalizou R\$ 1.526,7 MM, registrando uma redução de 12,0% na comparação com 2017. A queda em ambas comparações se deve principalmente pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 3.5 da Receita Líquida IFRS (página 13), visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide página 8).

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
RAP Concessionárias		379,4	463,1	-18,1%	1.710,8	1.887,6	-9,4%
PV		(7,4)	0,3	n/a	(20,3)	(9,0)	124,5%
Receita do Serviço		372,0	463,3	-19,7%	1.690,5	1.878,6	-10,0%
Outras receitas operacionais		0,7	25,2	-97,2%	2,1	25,9	-92,1%
Receita operacional bruta		372,7	488,5	-23,7%	1.692,6	1.904,5	-11,1%
PIS e COFINS		(20,8)	(22,6)	-7,8%	(85,6)	(88,4)	-3,2%
ISS		(0,07)	(0,05)	48,8%	(0,20)	(0,2)	28,7%
Encargos Setoriais		(19,8)	(20,3)	-2,1%	(80,1)	(81,0)	-1,2%
Total Deduções		(40,7)	(42,9)	-5,0%	(165,9)	(169,6)	-2,2%
Receita operacional líquida		332,0	445,6	-25,5%	1.526,7	1.734,9	-12,0%

A variação negativa de 25,5% na linha da RAP na comparação entre o 4T17 e o 4T18 foi ocasionada, principalmente, pelo efeito do corte de 50% da RAP nas concessões TSN, Novatrans, GTESA e NTE (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de corte nas seções 3.2 e 3.3 – páginas 8 a 10) e pela reclassificação em dezembro de 2018 de R\$ 23,2 MM relativos à EUST para o passivo na conta de adiantamento, compensados em parte pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2018-2019 (4,26% em IGP-M e 2,86% em IPCA). Excluindo o efeito não recorrente da reclassificação da EUST, essa variação seria negativa em 15,9%. A Parcela Variável (PV) aumentou R\$ 7,7 MM entre o 4T17 e o 4T18 em razão dos desligamentos automáticos ocorridos na ATE II e ATE III no 4T18 e do maior volume de reversões concentrados no fim de 2017.

Na comparação entre 2017 e 2018, a variação negativa de 12,0% é explicada pela redução de 50% na RAP em algumas concessões e pela reclassificação de R\$ 23,2 MM relativos à EUST, cujo impacto na RAP consolidada foi reduzido em parte pelo reajuste da inflação nos ciclos 2017-2018 e 2018-2019. Excluindo o efeito não recorrente da reclassificação da EUST, essa variação seria negativa em 9,5%. A PV de 2018 foi R\$ 11,2 MM maior do que a registrada em 2017 praticamente em razão dos mesmos motivos apresentados logo acima. A relação PV / RAP em 2018 ficou em 1,2% versus 0,5% em 2017 e 1,3% em 2016.

3.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 120,6 MM no 4T18, 21,5% maior quando comparado ao 4T17. Em 2018, os Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 413,5 MM no 4T18, 6,7% acima na comparação com 2017.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Pessoal		(31.3)	(29.4)	6.7%	(123.6)	(119.2)	3.7%
Material		(0.6)	(1.1)	-44.8%	(2.6)	(2.6)	-1.7%
Serviço de terceiros		(19.3)	(16.5)	17.2%	(57.6)	(52.7)	9.4%
Outros		(20.5)	(4.7)	335.4%	(38.0)	(24.4)	55.9%
Total		(71.8)	(51.7)	38.8%	(221.7)	(198.8)	11.5%
Depreciação e amortização		(48.9)	(47.6)	2.7%	(191.8)	(188.7)	1.7%
Total		(120.6)	(99.3)	21.5%	(413.5)	(387.4)	6.7%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e Depreciação e Amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de construção no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado.

As variações nos custos e despesas regulatórios foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 6,7% na comparação entre o 4T17 e o 4T18 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo e o aumento de quadro em 2018. A variação positiva de 3,7% entre 2017 e 2018 também se deve aos mesmos motivos acima, entretanto foi compensado em parte pela rescisão de 3 executivos em regime estatutário-celetista para contratação pelo regime estatutário puro em 2017 (3T17).
- **Material:** A redução de R\$ 0,5 MM na linha de Material se deve, principalmente, a menores gastos com manutenção nas concessões TSN e NTE.
- **Serviços de Terceiros:** O crescimento anual de 17,2% no 4T18 é devido, sobretudo, à reversão no 4T17 dos custos com a 4ª emissão de debêntures após a sua liquidação, no valor de R\$ 2,9 MM. Na comparação entre 2017 e 2018, o aumento de 9,4% é explicado por maiores gastos com manutenção de equipamentos, serviços advocatícios e de TI e viagens, compensados em parte por menores gastos com limpeza de faixa.
- **Outros:** O crescimento anual nas comparações do trimestre e do acumulado do ano é resultado majoritariamente da revisão e atualização das provisões para contingências judiciais no valor de aproximadamente R\$ 14 MM. Excluindo este evento não recorrente, o montante total em 2018 ficaria praticamente em linha com o registrado em 2017.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 71,8 MM no 4T18 (+38,8% vs 4T17) e R\$ 221,7 MM em 2018 (+11,5% vs 2017). Excluindo o evento não recorrente descrito na linha de Outros, os custos e despesas PMSO somariam R\$ 57,8 MM, 11,7% maior que o registrado no 4T17, enquanto o PMSO de 2018 totalizaria R\$ 207,7 MM apresentando um aumento de 4,5% em relação a 2017.

3.10. EBITDA / Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 4T18 totalizou R\$ 260,2 MM, 33,9% inferior ao registrado no 4T17, com uma margem EBITDA de 78,4%. Em 2018, o EBITDA Regulatório atingiu R\$ 1.305,0 MM, 15,0% abaixo na comparação com 2017, com uma margem EBITDA de 85,5%. Essas reduções são explicadas pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões e pelo aumento da PV e maiores custos entre os períodos.

Excluindo os eventos não recorrentes da reclassificação da EUST na receita e da atualização das provisões para contingências judiciais na linha de outros custos e despesas, o EBITDA Regulatório somaria R\$ 297,4 MM no 4T18, registrando uma queda de 19,8% contra o 4T17 e apresentando uma margem EBITDA de 83,7%. Já o EBITDA Regulatório de 2018 somaria R\$ 1.342,2 MM, 11,3% menor que 2017 e com uma margem EBITDA de 86,6%.

No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T18	4T17	Var.%	2018	2017	Var.%
Receita líquida	332,0	445,6	-25,5%	1.526,7	1.734,9	-12,0%
Custos e despesas	(71,8)	(51,7)	38,8%	(221,7)	(198,8)	11,5%
EBITDA	260,2	393,9	-33,9%	1.305,0	1.536,1	-15,0%
Margem EBITDA	78,4%	88,4%	-10,0 pp	85,5%	88,5%	-3,1 pp

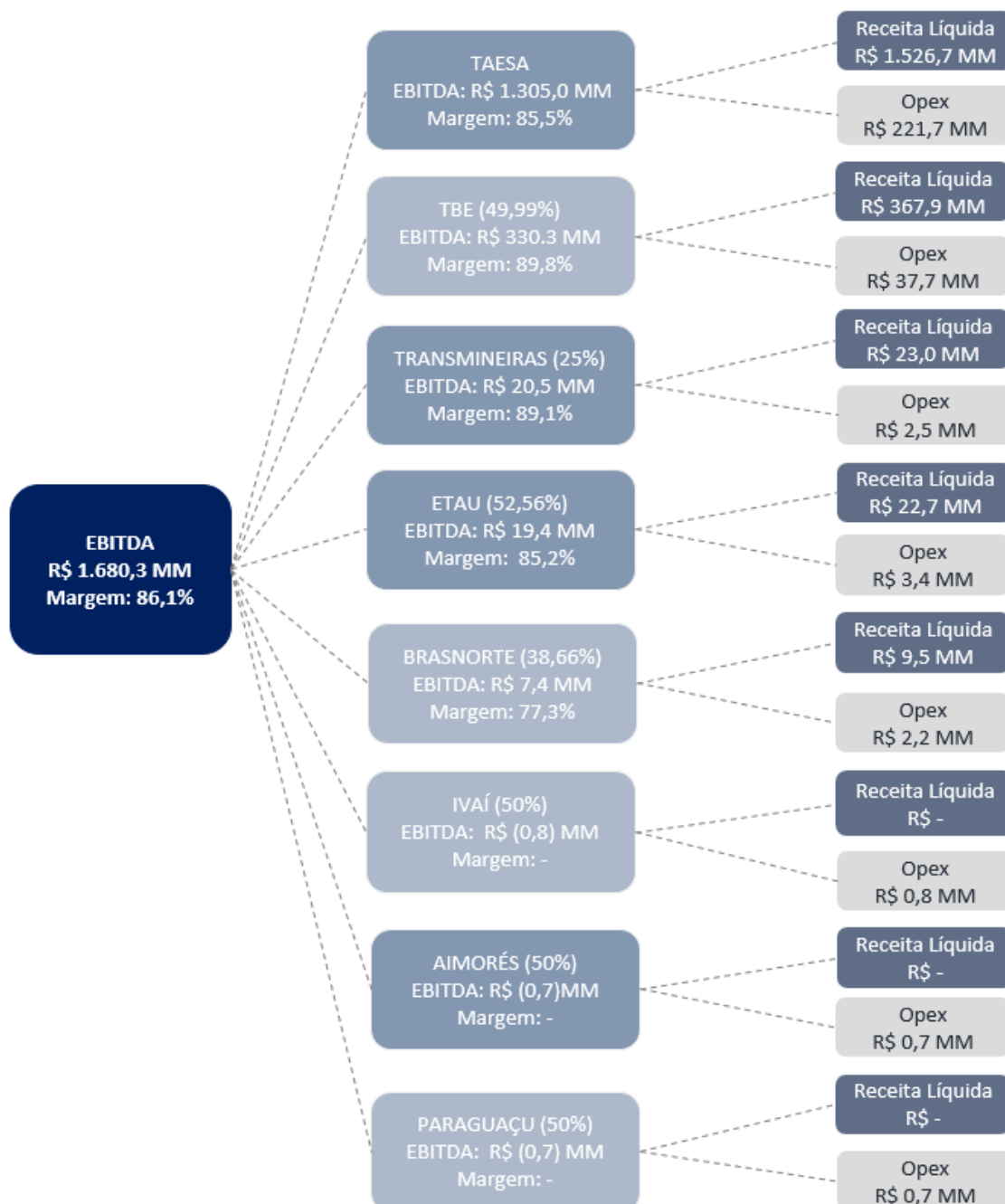
EBITDA Regulatório (Consolidado) - Sem os efeitos não recorrentes*

R\$ MM	4T18	4T17	Var.%	2018	2017	Var.%
Receita Líquida	355,2	422,4	-15,9%	1.549,9	1.711,7	-9,5%
Custos e Despesas	(57,80)	(51,70)	11,8%	(207,70)	(198,80)	4,5%
EBITDA	297,4	370,7	-19,8%	1.342,2	1.512,9	-11,3%
Margem EBITDA	83,7%	87,8%	-4,03pp	86,6%	88,4%	-1,79pp

*Receita: Impacto da EUST; Custo: Impacto das Contingências Judiciais

3.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório do ano de 2018 considerando todas as concessões do grupo Taesa, proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE).



3.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 4T18 totalizou R\$ 85,5 MM, 12,5% menor que o registrado no mesmo trimestre de 2017. Em 2018, o resultado de Equivalência Patrimonial IFRS somou R\$ 301,3 MM, 78,7% maior que 2017.

A variação negativa de 12,5% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o quarto trimestre de 2018 e o mesmo período de 2017, ocorreu principalmente pelo impacto positivo da reversão do imposto de renda da TBE no 4T17 em função da alteração naquela época da alíquota de presunção das companhias que estão no regime de lucro presumido, que passou de 32% (IR/CS) para 8% e 12% (IR e CS, respectivamente) – ver página 23 para maiores detalhes. Vale mencionar que todas as empresas em construção, inclusive as investidas em conjunto e coligadas Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, ESTE e EDTE (estas últimas na TBE), sofreram impacto com a adoção do CPC 47 (vide seção 3.4 sobre a mudança contábil), registrando todo o ajuste contábil de 2018 no resultado do último trimestre do ano. Além disso, o aumento nas Transmineiras se deve à aquisição da participação direta da Taesa concluída em novembro de 2017.

Em contrapartida, o maior resultado do grupo TBE foi o principal motivo para a variação expressiva de 78,7% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre 2017 e 2018, reflexo do impacto positivo dos índices macroeconômicos que atualizam o ativo contratual, afetando diretamente a receita de correção monetária no resultado IFRS de todas as concessões. Também na comparação do acumulado do ano, as empresas em construção apresentaram melhores resultados em função principalmente da adoção do CPC 47, que passou a contabilizar uma margem de construção durante o período pré-operacional. Além disso, a aquisição da participação direta da Taesa nas Transmineiras em novembro de 2017 gerou um resultado melhor de R\$ 16,1 MM em 2018 quando comparado a 2017.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
ETAU	2,1	3,5	-40,2%	8,5	5,8	47,0%
Brasnorte	1,7	1,3	36,0%	6,5	5,2	25,0%
TBE	66,9	91,4	-26,8%	258,4	156,9	64,7%
Aimorés	5,81	0,2	3093,1%	5,6	(0,1)	-
Paraguaçu	1,9	0,3	487,8%	1,9	(0,1)	-
Ivaí	3,3	0,3	1033,1%	3,4	0,1	5920,3%
Transmineiras	3,9	0,9	330,8%	17,0	0,9	1791,3%
Total Equivalência Patrimonial	85,5	97,8	-12,5%	301,3	168,6	78,7%

3.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T18 totalizou R\$ 55,6 MM, 12,6% menor que o registrado no 4T17. Para 2018, o Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória alcançou R\$ 211,5 MM, 5,9% menor que 2017.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T18 foi 12,6% menor na comparação anual em função do efeito do corte de 50% na RAP em algumas concessões da TBE: EATE e ETEP (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de corte nas páginas 8 a 10). Na comparação entre 2017 e 2018, o resultado de equivalência apresentou uma queda de 5,9% devido aos mesmos motivos mencionados acima, sendo compensado em parte pela melhora do resultado financeiro da TBE em 2018.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

	R\$ MM	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
ETAU		2,6	4,3	-41,3%	10,6	12,0	-12,3%
Brasnorte		1,0	0,9	9,0%	4,5	3,8	18,5%
TBE		62,5	71,0	-12,0%	238,7	263,7	-9,5%
Aimorés		(0,1)	(0,0)	3460,7%	(0,6)	(0,3)	74,3%
Paraguaçu		(0,2)	0,1	-	(0,5)	(0,4)	52,0%
Ivaí		(0,2)	(0,1)	174,3%	(0,7)	(0,3)	96,4%
Transmineiras		3,7	0,9	288,4%	14,1	0,9	1383,1%
Resultado das Controladas		69,2	77,2	-10,4%	266,1	279,4	-4,8%
Amortização do ágio - TBE		(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial		55,6	63,6	-12,6%	211,5	224,8	-5,9%

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

3.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida totalizou R\$ 41,4 MM no 4T18, 19,1% abaixo na comparação com o 4T17. Em 2018, a despesa financeira líquida fechou em R\$ 211,2 MM, apresentando uma redução de 5,1% contra 2017.

Resultado Financeiro

	R\$ MM	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Receitas Financeiras		17.0	15.4	10.0%	62.9	69.8	-9.8%
Renda de aplicação financeira		17.0	15.4	10.0%	62.9	69.8	-9.8%
Despesas Financeiras		(58.4)	(66.7)	-12.4%	(274.1)	(292.3)	-6.2%
Juros incorridos		(44.6)	(46.1)	-3.2%	(175.8)	(233.0)	-24.6%
Variações monetárias		(9.2)	(18.9)	-51.2%	(96.5)	(57.0)	69.2%
Ajuste ao valor justo		0.0	0.9	-100.0%	6.0	6.4	-7.2%
Outras despesas/receitas financeiras		(4.6)	(2.6)	78.0%	(7.7)	(8.7)	-11.4%
Total		(41.4)	(51.3)	-19.1%	(211.2)	(222.6)	-5.1%

O aumento anual de 10,0% na Receita Financeira se deve ao maior acúmulo de caixa no 4T18 quando comparado ao mesmo período de 2017. Na comparação entre 2017 e 2018, a linha apresentou uma variação negativa de 9,8%, totalizando R\$ 62,9 MM. A variação entre os anos é explicada, principalmente, pela redução da taxa do CDI de 9,93% em 2017 para 6,40% em 2018, apesar do caixa médio de 2018 ter sido maior que caixa médio de 2017.

A queda de 3,2% dos juros incorridos na comparação entre 4T17 e 4T18 se deu, principalmente, pela repactuação do empréstimo com o Citibank reduzindo a taxa de juros, após swap, de 114% para 106% do CDI. A redução de 24,6% na comparação entre 2017 e 2018, também é justificada pelo mesmo motivo mencionado anteriormente.

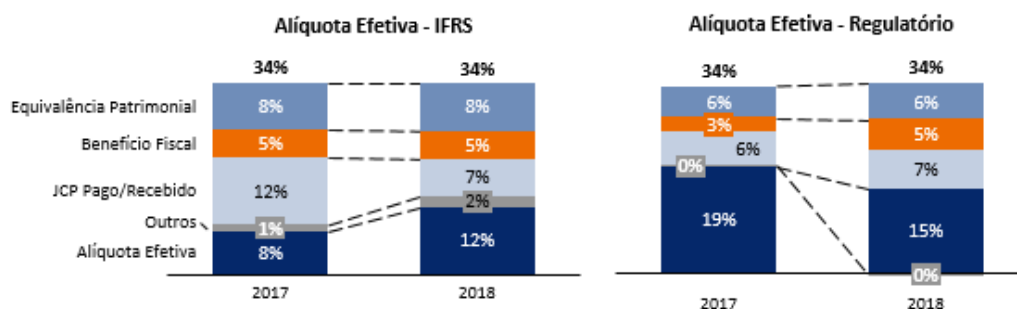
Já a queda de 51,2% comparado ao 4T17 na linha de variações monetárias e cambiais ocorreu basicamente devido à queda substancial do IPCA entre os períodos comparados (0,44% no 4T17 contra 0,15% no 4T18), indexador da 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures vigentes entre os períodos comparados. Entre 2017 e 2018, o aumento de 69,2% é reflexo do maior volume de dívida em decorrência da 5ª emissão de debêntures e do aumento do índice do IPCA entre os períodos comparados (2018: 3,75% e 2017: 2,95%), indexador dos contratos da 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures.

3.15. Impostos

A variação no Imposto de Renda e a Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado na comparação entre o 4T18 e o 4T17 acompanhou o movimento da variação anual registrada no lucro antes dos impostos. Vale destacar que: (i) o benefício fiscal SUDENE da ATE II estava em processo de renovação em 2017, com data de aprovação final desse benefício em 19 de março de 2018 e reconhecimento de todo o montante retroativo (R\$ 4,1 MM) em dezembro de 2017; (ii) menor resultado da equivalência em 2018, e (iii) ajuste do efeito da diferença entre o regime de lucro real e lucro presumido na linha Outros, com destaque para o projeto de Miracema. Esse efeito na linha de outros não tem impacto no pagamento do lucro corrente ou diferido.

R\$ MM	IFRS			Regulatório		
Cconciliação Imposto	4T18	4T17	Var%	4T18	4T17	Var%
Lucro antes dos impostos	360.0	289.9	24.2%	225.4	358.6	-37.1%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(122.4)	(98.6)	24.2%	(76.6)	(121.9)	-37.1%
Equivalência Patrimonial	28.8	33.2	-13.4%	18.9	21.6	-12.6%
SUDAM/SUDENE	7.1	14.7	-51.8%	7.1	14.7	-51.8%
JCP Pago/Recebido	33.0	33.8	-2.6%	33.0	33.8	-2.6%
Outros	20.6	4.4	365.4%	(6.5)	(2.3)	180.4%
Efeito da diferença entre regime de lucro real e lucro presumido	27.0	7.8	245.5%	-	-	-
IRPJ e CSLL reconhecido resultado	(32.9)	(12.3)	169.0%	(24.2)	(54.1)	-55.3%
Alíquota efetiva	9.2%	4.2%	4.9 pp	10.7%	15.1%	-4.3 pp

R\$ MM	IFRS			Regulatório		
Cconciliação Imposto	2018	2017	Var%	2018	2017	Var%
Lucro antes dos impostos	1.218,7	703,7	73,2%	1.113,5	1.349,7	-17,5%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(414,3)	(239,2)	73,2%	(378,6)	(458,9)	-17,5%
Equivalência Patrimonial	102,1	57,3	78,2%	71,9	76,4	-5,9%
SUDAM/SUDENE	61,2	34,9	75,4%	61,2	34,9	75,4%
JCP Pago/Recebido	80,0	83,9	-4,7%	80,0	83,9	-4,7%
Outros	23,7	7,7	205,8%	(5,2)	2,7	0,0%
Efeito da diferença entre regime de lucro real e lucro presumido	27,7	5,5	405,7%	-	-	-
IRPJ e CSLL reconhecido resultado	(147,4)	(55,4)	166,1%	(170,7)	(260,9)	-34,6%
Alíquota efetiva	12,1%	7,9%	4,2 pp	15,3%	19,3%	-4,0 pp



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
ERB1	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

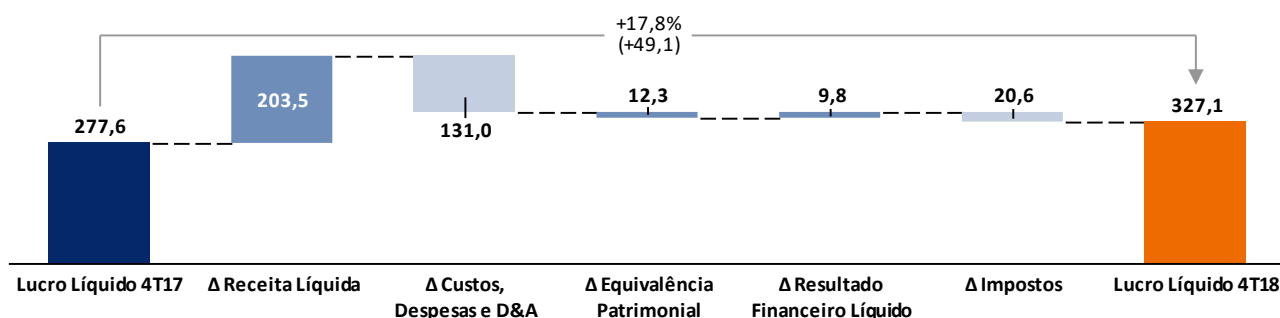
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo no 4T17, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

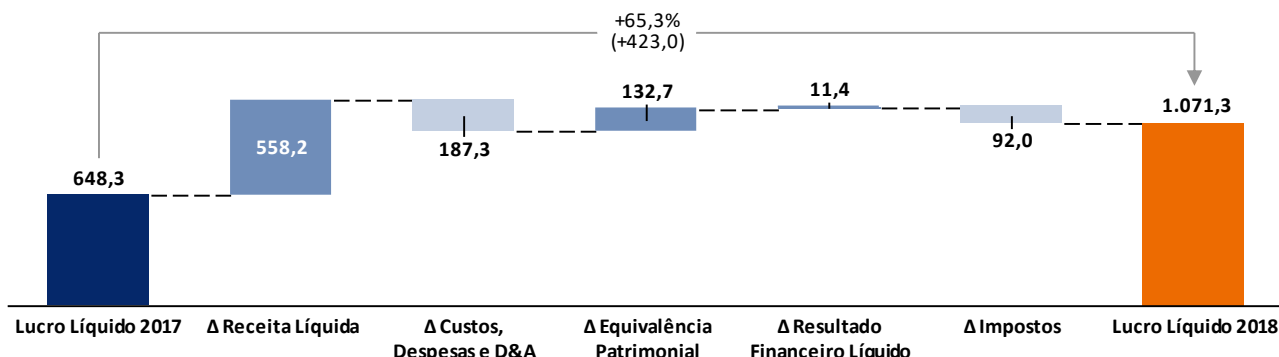
3.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 327,1 MM no 4T18, 17,8% maior na comparação com o 4T17. Em 2018, o Lucro Líquido IFRS foi de R\$ 1.071,3 MM, um aumento de 65,3% contra 2017.

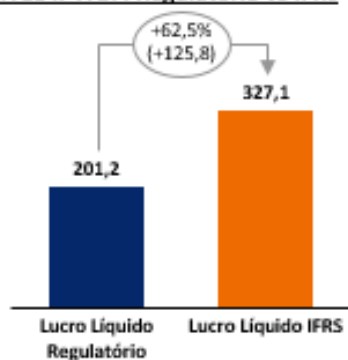
4T18 x 4T17: IFRS



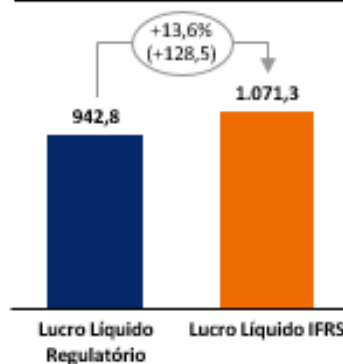
2018 x 2017: IFRS



4T18 x 4T17: Regulatório vs IFRS



2018 x 2017: Regulatório vs IFRS



A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 3.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia apresentará trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de construção. Isto é, o lucro líquido ajustado refletirá o método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia registrará uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

DRE IFRS - Consolidado

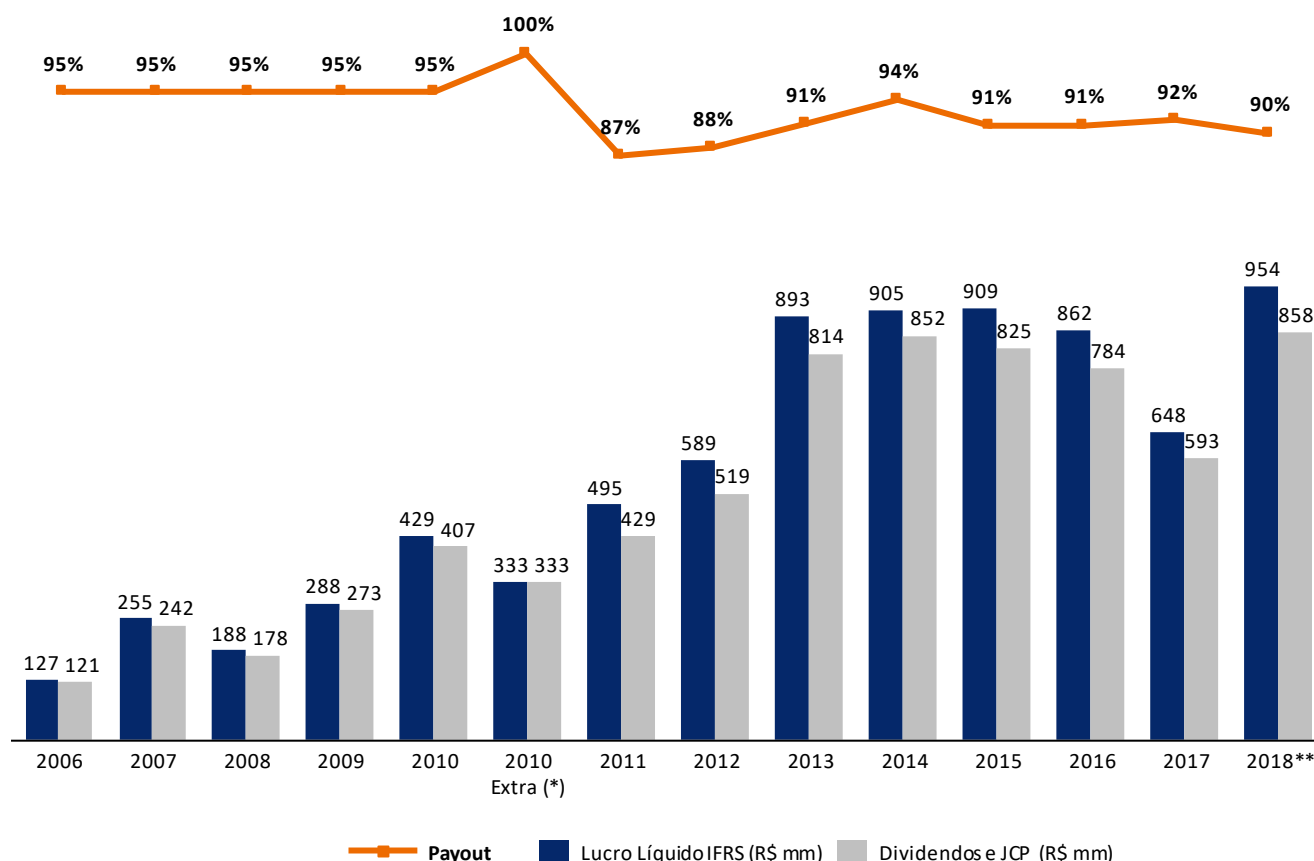
	R\$ 000	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Operação e manutenção		573.088	595	573.684
Remuneração do ativo contratual de concessão		507.547	19.496	527.043
Correção monetária do ativo contratual de concessão		347.204	(147)	347.057
Construção e indenização		415.403	(169.372)	246.032
Outras receitas operacionais		(14.685)		(14.685)
Parcela variável		(20.264)		(20.264)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.808.293	(149.427)	1.658.865
PIS e COFINS		(92.765)	6.439	(86.326)
ISS		(205)		(205)
ICMS		-		-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(80.085)		(80.085)
Outras deduções		-		-
Deduções da receita operacional bruta		(173.055)	6.439	(166.616)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.635.238	(142.988)	1.492.250
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS				
Pessoal		(123.552)		(123.552)
Material		(281.116)	24.739	(256.376)
Serviços de terceiros		(57.607)		(57.607)
Depreciação e amortização		(6.400)		(6.400)
Outras despesas operacionais		(37.963)		(37.963)
Custos e despesas		(506.639)	24.739	(481.899)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.128.599	(118.249)	1.010.350
Resultado de equivalência patrimonial		301.256	(11.878)	289.378
Renda de aplicação financeira		62.913		62.913
Despesas financeiras		(274.100)		(274.100)
Resultado financeiro		(211.187)	-	(211.187)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.218.668	(130.127)	1.088.541
Imposto de Renda e Contribuição Social		(147.363)	13.203	(134.160)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.071.305	(116.924)	954.381
Reserva legal 5%		(53.565)	5.846	(47.719)
Reserva de incentivo fiscal		(48.613)		(48.613)
Reserva especial - adoção inicial CPC 47		(111.078)		-
Lucro distribuível		858.050		858.050
Payout		80,1%		89,9%

Nota: Impacto CPC 47 no Resultado do Exercício: R\$ 116.924 (R\$ 111.078 + R\$ 5.846)

3.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 2018, a Taesa pagou R\$ 960,2 MM (R\$ 2,79/Unit) a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Este montante pode ser dividido em (i) dividendos de R\$ 159,3 MM (R\$ 0,46/Unit) referentes ao resultado de 2017 aprovados na AGO do dia 26 de abril de 2018, (ii) dividendos intercalares no total de R\$ 525,0 MM (R\$ 1,52/Unit) referentes ao resultado de 2018 e, (iii) R\$ 275,8 MM (R\$ 0,80/Unit) como juros sobre capital próprio, também referentes ao resultado de 2018.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do resultado de 2018, no montante de R\$ 1.071,3 MM, já considerando a adoção do CPC 47 (impacto de R\$ 116,9 MM), cuja destinação é composta por: (i) Reserva Legal (5%): R\$ 53,6 MM (R\$ 5.846 – CPC 47), (ii) Reserva de Incentivo Fiscal: R\$ 48,6 MM, (iii) Reserva Especial (CPC 47): R\$ 111,1 MM. Considerando que o efeito do CPC, acima mencionado, não tem impacto no caixa da Companhia, foi considerado para o pagamento de dividendos o Lucro Líquido Ajustado de R\$ 954,4 MM. Desse montante, o valor de R\$ 858,1 MM será considerado para efeito de distribuição de dividendos e juros sobre capital, já tendo sido distribuídos R\$ 800,8 MM, conforme mencionado no parágrafo acima. O valor remanescente a ser pago é de R\$ 57,2 MM (R\$ 0,17/Unit) a título de dividendos adicionais propostos. A TAESA convocará a Assembleia de Acionistas para aprovar os resultados do ano e a distribuição de dividendos referente ao exercício social de 2018. Caso seja aprovada em Assembleia, o total de dividendos e JCP distribuídos referente ao exercício social de 2018 será de R\$ 858,1 MM, representando um *dividend payout* de 89,9% sobre o lucro líquido ajustado (vide seção 3.16 sobre o Lucro Líquido).



*Reserva do IFRS

** Lucro Líquido Ajustado

3.18. Endividamento

No 4T18, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 3.270,1 MM, uma redução de 11,9% em relação ao registrado no 3T18. O caixa da Companhia foi de R\$ 823,8 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.446,3 MM, maior em 9,7% em relação ao registrado no 3T18.

R\$ MM					
Dívida Líquida	4T18	% Dív Bruta	3T18	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	428,3	13,1%	494,1	13,3%	-13,3%
TJLP	-	0,0%	-	0,0%	-
Taxa Fixa	9,0	0,3%	9,0	0,2%	0,1%
CDI	6,2	0,2%	1,6	0,0%	295,8%
IPCA	413,1	12,6%	483,5	13,0%	-14,6%
Longo Prazo	2.841,8	86,9%	3.216,6	86,7%	-11,7%
Taxa Fixa	28,8	0,9%	31,0	0,8%	-7,2%
CDI	636,5	19,5%	636,4	17,2%	0,0%
IPCA	2.176,6	66,6%	2.549,1	68,7%	-14,6%
Endividamento Total	3.270,1		3.710,6		-11,9%
(-) Caixa e Aplicações *	(823,8)		(1.481,0)		-44,4%
(=) Dívida Líquida	2.446,3		2.229,7		9,7%

* O valor do caixa é a soma das linhas Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.

No quarto trimestre de 2018 a dívida bruta totalizou R\$ 3.270,1 MM e o caixa R\$ 823,8 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.446,3 MM. A aumento de 9,7% na dívida líquida neste período foi influenciada pela redução do caixa operacional no período em função do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no total de R\$ 382,7 MM. A redução da dívida bruta em IPCA é explicada pela queda do IPCA ao longo dos períodos comparados (0,72% no 3T18 versus 0,36% no 4T18). A variação da dívida bruta em CDI entre os períodos comparados é decorrente dos juros incorridos na 2ª série da 4ª emissão de debêntures, com o próximo vencimento de juros em mar/19.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 3.908 MM e o caixa de R\$ 1.078 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 569,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 234,1 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 16,7 MM e caixa/aplicações de R\$ 6,8 MM; (iii) caixa/aplicações da Brasnorte no valor de R\$ 3,8 MM; e (iv) dívida das Transmineiras no montante de R\$ 51,1 MM e caixa/aplicações de R\$ 9,4 MM.

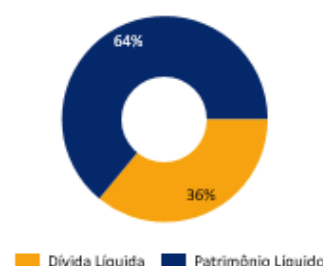
Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 1,7x no 4T18, 13,3% maior que o 1,5x registrado no 4T17.

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	3.270,1	823,8	2.446,3
Brasnorte (38,7%)	0	3,8	-3,8
ETAU (52,6%)	16,7	6,8	9,9
TBE (49,99%)	569,6	234,1	335,5
Transmineiras (30%)	51,1	9,4	41,7
TOTAL	3.908	1.078	2.830

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	762.089	7.490	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	1.012.103	10.448	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	CDI	284.452	5.327	105% do CDI	AAA.br	Set/2020	Bullet	1
	4ª Debêntures	IPCA	263.781	3.266	IPCA + 4.41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	516.442	14.052	IPCA + 5.9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	SWAP - CITIBANK*	CDI	352.935	0	106.0% CDI	-	Set/2019	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	326	1	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	10.154	10	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	304	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	17.133	20	3,00%	-	Jun/2023	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	9.786	9	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
ETAU	1ª Debêntures	CDI	5.250	27	108% CDI	-	Dez/2019	Bullet	1
	BNDES	Selic	2.334	3	SELIC + 3.76%	-	Ago/2021	Monthly	12
	BNDES	TJLP	2.571	11	TJLP + 5.20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	981	3	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	84	0	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	BNDES - GIRO	TJLP	5.402	56	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Monthly	12
EATE	3ª Debêntures	CDI	10.417	27	CDI + 1,15%	-	Mar/2019	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	32.715	320	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	5ª Debêntures - 1ª	CDI	62.940	283	113% CDI	-	Set/2019	Mensal	12
	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.974	121	116% CDI	-	Set/2021	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	28.481	23	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	41.484	35	113.53 % CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
EBTE	1ª Debêntures	pré-fix	73.321	61	4,50%	-	Nov/2019	Mensal	12
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	152.075	122	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	3ª Debêntures	CDI	7.243	87	CDI + 2,15%	-	Mai/2020	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	14.248	11	107,75% CDI	-	Set/ 2022	Monthly	12
ENTE	2ª Debêntures	CDI	51.034	499	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 1ª	CDI	13.973	63	113% CDI	-	Set/2019	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 2ª	CDI	5.988	27	116% CDI	-	Set/2021	Trimestral	4
ETEP	2ª Debêntures	CDI	14.194	139	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures	CDI	22.354	19	113,22% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	6.119	18	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	4.166	6	3,50%	-	Nov/2023	Mensal	12
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	4.553	24	10,00%	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.403	7	9,50%	-	Mar/2025	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	6.819	67	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	2ª Debêntures	CDI	8.942	7	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	62	0	4,50%	-	Jul/2020	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	3.573	5	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.025	40	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.356	43	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	8.795	7	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.049	41	6,0% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	13.238	11	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
Total			3.864.666	42.835					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

3.19. Investimentos

Em 2018, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas, investiram o total de R\$ 208,7 MM contra R\$ 94,5 MM investidos em 2017, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de R\$ 114,2 MM entre os períodos se deve, principalmente, aos maiores gastos com a construção de Miracema, e aos maiores gastos com os projetos EDTE, Ivaí, Janaúba, ESTE, Aimorés e Paraguaçu.

Projetos em construção

R\$ MM	Custo de Construção (Capex)					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Mariana	2.619	4.751	21.181	36.265	22.797	87.613
Miracema			1.197	35.191	115.009	151.397
Janaúba				3.825	30.741	34.566
Aimorés				3.923	3.638	7.561
Paraguaçu				5.750	4.611	10.361
Ivaí				8.662	12.740	21.402
ESTE				868	4.546	5.414
EDTE					14.635	14.635
Total	2.619	4.751	22.378	94.484	208.716	332.948

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de construção em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o Resultado em IFRS divulgado pela Companhia.

3.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 9 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 5.595 MM e uma RAP de R\$ 964 MM (ciclo 2018-2019). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.774 MM com uma RAP proporcional de R\$ 643 MM. São eles:

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2018-19) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Previsão de Conclusão
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	15	107	mai/14	dez/19
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	62	276	jun/16	dez/19
	EDTE (Lote M)	168 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	66	368	dez/16	dez/19
Leilão 013/2015 2º Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	107	486	fev/17	fev/22
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	185	960	fev/17	fev/22
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	76	341	fev/17	fev/22
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	113	510	fev/17	fev/22
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Ex-ERB1) (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	281	1.937	ago/17	ago/22
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	59	610	mar/19	mar/23
TOTAL		2855 km		R\$ 964 MM	R\$ 5.595 MM		

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em março de 2017.
- Obras das subestações já iniciadas.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- Pedido de extensão do prazo de conclusão em análise pela ANEEL (cronograma e reequilíbrio econômico).
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.

Miracema

- O projeto encontra-se em andamento, visto que todas as licenças ambientais foram adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230Kv, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- As obras de todos os empreendimentos (LTs de 500 kV e 230 Kv e SEs Lageado, Palmas e Miracema) estão em andamento, dentro do cronograma ANEEL.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- 1º Emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018;
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.

Janaúba

- Projeto básico encontra-se aprovado pela ANEEL/ ONS para subestações e em revisão para atendimento de comentários sobre linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implantação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Relatórios para obtenção da LI finalizados e protocolados no IBAMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação Cultural Palmares (FCP);
- Emitido (fev/2019) pelo IBAMA o parecer com comentários para atendimento pela transmissora, visando à obtenção da LI;
- Emitidos por IPHAN (com exceção de 2 torres) e FCP os respectivos não óbices para emissão de LI pelo IBAMA;
- Protocolado no IBAMA (mar/2019) relatório de respostas ao parecer com comentários, visando à obtenção da LI.

Aimorés

- Projeto básico protocolado na ANEEL.

- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento

Paraguaçu

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.

Ivaí

- Projeto básico em desenvolvimento e licenciamento ambiental em andamento.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230kv emitida em setembro de 2018.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 25 de março de 2019.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Receita IFRS por concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo pela Taxa Mercado. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na página 7). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Construção** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

R\$ MM					2018	
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Construção	O&M	PV	
NVT	150,1	74,7	39,4	113,8	(3,2)	
TSN	55,6	37,7	23,3	214,1	(4,0)	
MUN	8,5	5,3	0,6	14,3	(0,0)	
GTE	2,5	2,0	0,1	2,1	(0,0)	
PAT	8,3	7,9	0,0	4,8	0,0	
ETE	34,2	28,5	2,1	43,2	(0,1)	
NTE	45,7	26,4	7,4	35,2	(0,7)	
STE	26,9	20,7	2,3	14,7	(0,9)	
ATE	57,1	49,0	0,0	27,0	(0,4)	
ATE II	76,8	73,8	19,8	60,8	(6,5)	
ATE III	38,5	20,9	1,0	42,3	(4,4)	
SÃO GOTARDO	3,2	0,3	-	0,9	(0,0)	
MARIANA	-	-	41,0	-	-	
MIRACEMA	-	-	209,8	-	-	
JANAÚBA	-	-	68,6	-	-	
ETAU	4,1	6,4	5,0	6,4	(0,1)	
BRA	7,2	2,4	0,4	0,9	(0,0)	
AIMORÉS	-	-	13,6	-	-	
PARAGUAÇU	-	-	8,1	-	-	
ERB1	-	-	19,4	-	-	
EATE	55,0	72,2	-	19,3	(0,6)	
EBTE	15,8	14,3	4,8	8,8	(0,2)	
ECTE	4,4	6,0	-	1,5	(0,0)	
EDTE	0,7	-	21,1	-	-	
ENTE	33,7	47,2	-	9,8	(0,3)	
ERTE	7,4	11,6	-	3,6	(0,0)	
ESDE	5,1	1,8	-	1,3	(0,6)	
ESTE	0,5	-	8,2	-	-	
ETEP	11,3	15,0	-	6,1	(0,1)	
ETSE	2,1	1,4	-	1,1	(0,0)	
LUMITRANS	3,6	5,7	-	1,3	0,0	
STC	3,9	3,0	-	2,8	(0,5)	
TRANSIRAPE	3,4	3,0	-	0,9	-	
TRANSESTE	4,6	4,1	-	0,7	-	
TRANSUDESTE	3,1	2,8	-	0,6	-	
Total	673,5	544,3	496,0	638,3	(22,7)	

4.2. Movimentação do Ativo Contratual



R\$ MM

Concessão	Ativo Contratual 2017	Taxa Anual	Receita de Construção	Remuneração	Correção Monetária	O&M	RAP 2018 ³	Ativo Contratual 2018
NVT	1.102	17,1%	39	150	75	114	465	1.015
TSN	438,0	10,2%	17	40	27	154	242	433
TSN Reforço	172,3	8,8%	7	16	11	60	95	171
MUN	76,5	12,4%	1	9	5	14	37	68
GTE	25,1	11,0%	0	2	2	2	8	24
PAT	111,2	7,8%	0	8	8	0	26	102
ETEO	334,3	10,4%	2	34	29	43	90	352
ETAU	91,2	3,5%	5	4	6	6	25	88
BRA ¹	259,1	7,1%		18	6	1	10	274
BRA ¹ Reforço	5,9	5,7%				0	1	5
NTE	345,4	14,7%	7	46	26	35	139	321
STE	280,4	10,4%	2	27	21	15	83	262
ATE I	630,2	9,6%	0	57	49	27	152	611
ATE II	948,1	8,4%	20	77	74	61	235	944
ATE III ¹	553,9	6,7%	1	39	21	42	114	543
ATE III ¹ Reforço	47,3	7,1%				0	4	44
São Gotardo ¹	66,3	5,0%	-	3	0	1	5	66
EATE	860,3	6,6%	-	55	72	19	145	861
EBTE ¹	400,4	4,4%	5	16	14	9	35	409
ECTE	70,8	6,1%		4	6	2	9	73
ENTE	592,9	5,9%		34	47	10	115	569
ERTE	144,9	5,3%		7	12	4	26	142
ETEP	179,0	6,4%		11	15	6	27	185
Lumitrans	71,8	5,1%		4	6	1	11	72
STC ¹	89,8	4,9%		4	3	3	18	82
ESDE ¹	61,6	6,6%		5	2	1	7	63
ETSE ¹	44,1	5,6%		2	1	1	4	45
Transleste	44,9	9,6%		5	4	1	13	42
Transirapé	51,4	9,6%		3	3	1	10	49
Transudeste	33,3	9,6%		3	3	1	7	32
ESTE ¹²	1,0	17,2%	9			-		10
Mariana ¹²	113,0	4,6%	41			-	-	154
Miracema ¹²	77,2	10,3%	210			-	-	287
Janaúba ¹²	22,4	8,3%	69			-	-	91
Aimorés ¹²	15,9	8,3%	16			-	-	32
Paraguaçu ¹²	21,8	8,8%	19			-	-	41
Ivaí ¹²	26,9	9,3%	43			-	-	69
EDTE	-	10,3%	0			-	-	0
Sant'Ana	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.411		511	683	548	634	2.158	8.629

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ A RAP do Ativo Contratual de 2018 foi calculada considerando 6 meses finais do ciclo 2017/2018 e os seis primeiros meses do ciclo 2018/2019

4.3. DRE 4T18

DRE	IFRS			Regulatório		
R\$ mil	4T18	4T17	Var%	4T18	4T17	Var%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	379.407	463.050	-18,1%
Operação e manutenção	145.470	139.790	4,1%	-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	113.042	133.683	-15,4%	-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	68.704	46.524	47,7%	-	-	0,0%
Construção e indenização	316.263	46.525	579,8%	-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	(19.620)	25.180	-	697	25.180	-97,2%
Parcela variável	(7.434)	273	-	(7.434)	273	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	616.426	399.157	54,4%	372.669	488.504	-23,7%
PIS e COFINS	(32.405)	(18.285)	77,2%	(20.808)	(22.571)	-7,8%
ISS	(71)	(48)	48,1%	(71)	(48)	48,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(19.831)	(20.253)	-2,1%	(19.831)	(20.253)	-2,1%
Deduções da receita operacional bruta	(52.308)	(38.586)	35,6%	(40.710)	(42.872)	-5,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	564.118	360.571	56,5%	331.959	445.632	-25,5%
Pessoal	(31.339)	(29.374)	6,7%	(31.339)	(29.374)	6,7%
Material	(175.397)	(65.264)	168,7%	(634)	(1.149)	-44,8%
Serviços de terceiros	(19.322)	(16.493)	17,2%	(19.322)	(16.493)	17,2%
Outras despesas operacionais	(20.472)	(4.702)	335,4%	(20.472)	(4.702)	335,4%
Custos e Despesas	(246.530)	(115.834)	112,8%	(71.767)	(51.718)	38,8%
Depreciação e amortização	(1.658)	(1.352)	22,6%	(48.882)	(47.615)	2,7%
Custos, Despesas e D&A	(248.188)	(117.186)	111,8%	211.310	(99.333)	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	315.930	243.385	29,8%	211.310	346.299	-39,0%
Resultado de equivalência patrimonial	85.523	97.778	-12,5%	55.565	63.563	-12,6%
Renda de aplicação financeira	16.990	15.449	10,0%	16.990	15.449	10,0%
Despesas financeiras	(58.438)	(66.703)	-12,4%	(58.438)	(66.703)	-12,4%
Empréstimos e financiamentos	(18.669)	(17.095)	9,2%	(18.669)	(17.095)	9,2%
- Juros incorridos	(3.360)	(3.471)	-3,2%	(3.360)	(3.471)	-3,2%
- Variação cambial	13.251	(11.406)	-	13.251	(11.406)	-
- Ajuste ao valor justo	(28.559)	(2.219)	1187,3%	(28.559)	(2.219)	1187,3%
Instrumentos financeiros derivativos	12.681	10.588	19,8%	12.681	10.588	19,8%
- Juros incorridos	(2.628)	(3.917)	-32,9%	(2.628)	(3.917)	-32,9%
- Variação cambial	(13.251)	11.406	-	(13.251)	11.406	-
- Ajuste ao valor justo	28.559	3.099	821,5%	28.559	3.099	821,5%
Debêntures	(47.859)	(57.616)	-16,9%	(47.859)	(57.616)	-16,9%
- Juros incorridos	(38.621)	(38.703)	-0,2%	(38.621)	(38.703)	-0,2%
- Variações monetárias	(9.238)	(18.913)	-51,2%	(9.238)	(18.913)	-51,2%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(4.591)	(2.579)	78,0%	(4.591)	(2.579)	78,0%
Resultado financeiro	(41.448)	(51.254)	-19,1%	(41.448)	(51.254)	-19,1%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	360.005	289.909	24,2%	225.427	358.609	-37,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.946)	(12.349)	166,8%	(24.211)	(54.089)	-55,2%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	327.059	277.560	17,8%	201.216	304.520	-33,9%
EBITDA	317.588	244.737	29,8%	260.192	393.914	-33,9%
Margem EBITDA	56,3%	67,9%	-11,6 pp	78,4%	88,4%	-0,1 pp

4.4. DRE 2018

DRE

	IFRS			Regulatório		
	R\$ MM	2018	2017	2018	2017	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão			0,0%	1.710.779	1.912.070	-10,5%
Operação e manutenção	573.088	554.481	3,4%	-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	507.547	554.481	-8,5%	-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	347.204	(23.152)	n/a	-	-	0,0%
Construção e indenização	415.403	88.845	367,6%	-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	(14.685)	25.900	n/a	2.054	1.451	41,5%
ICMS	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(80.085)	(81.023)	-1,2%	(80.085)	(81.023)	-1,2%
Outras deduções	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Deduções da receita operacional bruta	(173.055)	(136.534)	26,7%	(165.909)	(169.590)	-2,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.635.237	1.077.061	51,8%	1.526.660	1.734.903	-12,0%
Pessoal	(123.551)	(119.162)	3,7%	(123.552)	(119.161)	3,7%
Material	(281.116)	(119.272)	135,7%	(2.551)	(2.596)	-1,7%
Serviços de terceiros	(57.607)	(52.664)	9,4%	(57.607)	(52.664)	9,4%
Outras despesas operacionais	(37.963)	(24.356)	55,9%	(37.963)	(24.356)	55,9%
Custos e Despesas	(500.239)	(315.454)	58,6%	(221.674)	(198.777)	11,5%
Depreciação e amortização	(6.400)	(3.925)	63,0%	(191.785)	(188.665)	1,7%
Custos, Despesas e D&A	(506.639)	(319.379)	58,6%	(413.459)	(387.442)	6,7%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.128.599	757.681	49,0%	1.113.201	1.347.461	-17,4%
Resultado de equivalência patrimonial	301.256	168.578	78,7%	211.464	224.825	-5,9%
	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Renda de aplicação financeira	62.913	69.753	-9,8%	62.913	69.753	-9,8%
Despesas financeiras	(274.100)	(292.348)	-6,2%	(274.100)	(292.348)	-6,2%
Empréstimos e financiamentos	(58.701,6)	(17.662)	232,4%	(58.701,6)	(17.662)	232,4%
- Juros incorridos	(14.424)	(13.069)	10,4%	(14.424)	(13.069)	10,4%
- Variações monetárias	(0)	(1)	-71,7%	(0)	(1)	-71,7%
- Variação cambial	(54.853)	(4.613)	1089,0%	(54.853)	(4.613)	1089,0%
- Ajuste ao valor justo	10.575	21	50734,4%	10.575	21	50734,4%
Instrumentos financeiros derivativos	39.522	(15.773)	n/a	39.522	(15.773)	n/a
- Juros incorridos	(10.717)	(26.788)	-60,0%	(10.717)	(26.788)	-60,0%
- Variação cambial	54.853	4.613	1089,0%	54.853	4.613	1089,0%
- Ajuste ao valor justo	(4.614)	6.402	n/a	(4.614)	6.402	n/a
Debêntures	(247.197)	(250.194)	-1,2%	(247.197)	(250.194)	-1,2%
- Juros incorridos	(150.656)	(193.146)	-22,0%	(150.656)	(193.146)	-22,0%
- Variações monetárias	(96.541)	(57.048)	69,2%	(96.541)	(57.048)	69,2%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(7.723)	(8.720)	-11,4%	(7.723)	(8.720)	-11,4%
Resultado financeiro	(211.187)	(222.595)	-5,1%	(211.187)	(222.595)	-5,1%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.218.668	703.664	73,2%	1.113.478	1.349.691	-17,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(147.363)	(55.378)	166,1%	(170.686)	(260.949)	-34,6%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.071.305	648.285	65,3%	942.792	1.088.742	-13,4%
EBITDA	1.134.999	761.606	49,0%	1.304.986	1.536.126	-15,0%
Margem EBITDA	69,4%	70,7%	-1,3 pp	85,5%	88,5%	-3,1 pp

4.5. DRE IFRS 4T18 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	1.666	(15)	14.172	-	-	-	581
Remuneração do ativo financeiro							
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.071	2.656	37.225	320	429	654	2.822
Correção monetária do ativo financeiro							
Correção monetária do ativo contratual de concessão	1.252	489	35.733	-	-	-	1.999
Construção e indenização	1.034	-	16.795	3.515	4.643	8.324	-
Outras receitas operacionais	402	129	1.680	-	-	-	525
Parcela variável	(5)	-	(1.133)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.420	3.260	104.472	3.835	5.072	8.979	5.927
PIS e COFINS	161	(304)	(5.337)	(355)	(469)	(831)	(213)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(251)	(115)	(3.620)	-	-	-	(251)
Deduções da receita operacional bruta	(90)	(419)	(8.957)	(355)	(469)	(831)	(463)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.330	2.841	95.516	3.480	4.603	8.148	5.464
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal	(11)	(296)	(5.200)	(59)	(153)	(204)	(228)
Material	(946)	(120)	(11.156)	(593)	(1.483)	(2.722)	(2)
Serviços de terceiros	(840)	(239)	(3.228)	(63)	(80)	(64)	(350)
Depreciação e amortização	(0)	(0)	(242)	(5)	(7)	(6)	(18)
Outras despesas operacionais	7	(62)	(2.176)	(6)	(12)	(4)	(63)
Custos e despesas	(1.791)	(716)	(22.003)	(726)	(1.735)	(3.000)	(662)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	3.539	2.124	73.513	2.754	2.867	5.148	4.802
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.000	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	140	41	1.523	27	50	39	106
Despesas financeiras	(552)	22	(7.800)	(0)	(2)	(2)	(789)
Empréstimos e financiamentos	(274)	-	(181)	-	-	-	(242)
- Juros incorridos	(230)	-	(160)	-	-	-	(231)
- Variações monetárias	(43)	-	(21)	-	-	-	(11)
Debêntures	(91)	-	(7.338)	-	-	-	(558)
- Juros incorridos	(91)	-	(7.338)	-	-	-	(558)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(187)	22	(281)	(0)	(2)	(2)	11
Resultado financeiro	(411)	64	(6.278)	27	48	37	(683)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	3.128	2.188	68.236	2.780	2.915	5.184	4.120
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.061)	(466)	(1.382)	(979)	(1.058)	(1.842)	(251)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.067	1.722	66.853	1.802	1.858	3.343	3.869
EBITDA	3.539	2.124	73.755	2.759	2.875	5.154	4.821
Margem EBITDA	66,4%	74,8%	77,2%	79,3%	62,5%	63,2%	88,2%

4.6. DRE IFRS 2018 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ Mil	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Operação e manutenção	6.417	897	55.586	-	-	-	2.275
Remuneração do ativo contratual de concessão							
Correção monetária do ativo contratual de concessão	6.441	2.409	178.279	-	-	-	9.941
Construção e indenização	5.013	426	34.095	13.565	8.089	19.363	-
Outras receitas operacionais	2.593	868	10.640	-	-	-	2.021
Parcela variável	(122)	(0)	(2.324)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.434	11.789	419.723	14.522	9.429	21.217	25.437
PIS e COFINS	(1.189)	(1.067)	(19.712)	(1.590)	(1.232)	(2.506)	(915)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(951)	(446)	(15.646)	-	-	-	(980)
Deduções da receita operacional bruta	(2.140)	(1.513)	(35.358)	(1.590)	(1.232)	(2.506)	(1.894)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.294	10.276	384.364	12.931	8.196	18.711	23.543
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal	(43)	(1.052)	(18.508)	(432)	(459)	(513)	(861)
Material	(4.952)	(206)	(28.864)	(3.638)	(4.611)	(12.740)	25
Serviços de terceiros	(3.296)	(899)	(13.165)	(228)	(227)	(237)	(1.371)
Depreciação e amortização	(0)	(0)	(1.021)	(14)	(18)	(15)	(104)
Outras despesas operacionais	12	(179)	(4.864)	(48)	(59)	(44)	(264)
Custos e despesas	(8.280)	(2.336)	(66.421)	(4.360)	(5.373)	(13.549)	(2.574)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	14.014	7.940	317.943	8.571	2.823	5.163	20.969
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.842	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	380	153	5.689	146	222	168	387
Despesas financeiras	(1.521)	6	(34.427)	(5)	(8)	(10)	(3.349)
Empréstimos e financiamentos	(845)	-	(5.237)	-	-	-	(995)
- Juros incorridos	(657)	-	(3.946)	-	-	-	(909)
- Variações monetárias	(187)	-	(1.291)	-	-	-	(86)
Debêntures	(368)	-	(27.477)	-	-	-	(2.389)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(308)	6	(1.713)	(5)	(8)	(10)	36
Resultado financeiro	(1.140)	159	(28.738)	141	214	158	(2.961)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	12.874	8.099	292.048	8.713	3.037	5.321	18.007
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.367)	(1.551)	(33.676)	(3.119)	(1.157)	(1.950)	(1.022)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	8.507	6.547	258.371	5.594	1.880	3.371	16.986
EBITDA	14.015	7.940	318.964	8.585	2.841	5.178	21.072
Margem EBITDA	62,9%	77,3%	83,0%	66,4%	34,7%	27,7%	89,5%

4.7. DRE Regulatório 4T18 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	ERB1	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	6.294	2.688	93.521	-	-	-	6.374
Parcela variável	-	-	(1.133)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	6.294	2.688	92.388	-	-	-	6.374
PIS e COFINS	(246)	(260)	(3.975)	-	-	-	(233)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(252)	(115)	(3.620)	-	-	-	(251)
Deduções da receita operacional bruta	(499)	(375)	(7.595)	-	-	-	(483)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.795	2.313	84.794	-	-	-	5.890
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal	(12)	(296)	(5.200)	(59)	(153)	(204)	(228)
Material	(2)	(16)	(636)	-	-	-	(6)
Serviços de terceiros	(866)	(239)	(3.228)	(63)	(80)	(64)	(350)
Depreciação e amortização	(558)	(649)	(10.081)	(5)	(7)	(6)	(640)
Outras despesas operacionais	(34)	(62)	(2.176)	(6)	(12)	(4)	(63)
Custos e despesas	(1.472)	(1.262)	(21.321)	(134)	(252)	(278)	(1.287)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	4.323	1.052	63.473	(134)	(252)	(278)	4.603
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.005	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	93	41	1.523	27	50	39	106
Despesas financeiras	(308)	22	(7.800)	(0)	(2)	(2)	(789)
Empréstimos e financiamentos	(177)	-	(181)	-	-	-	(242)
- Juros incorridos	(132)	-	(160)	-	-	-	(231)
- Variações monetárias	(45)	-	(21)	-	-	-	(11)
Debêntures	(93)	-	(7.338)	-	-	-	(558)
- Juros incorridos	(93)	-	(7.338)	-	-	-	(558)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(39)	22	(281)	(0)	(2)	(2)	11
Resultado financeiro	(215)	64	(6.278)	27	48	37	(683)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	4.107	1.115	58.200	(107)	(204)	(241)	3.920
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.394)	(101)	4.310	-	-	-	(234)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.713	1.014	62.510	(107)	(204)	(241)	3.686
EBITDA	4.881	1.701	73.553	(129)	(245)	(272)	5.243
Margem EBITDA	84,2%	73,5%	86,7%	0,0%	0,0%	0,0%	89,0%

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu e TBE se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.8. DRE Regulatório 2018 (Subsidiárias)

R\$ 000	REGULATÓRIO	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	ERB1	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Disponibilização do sistema de transmissão		24.792	11.021	402.983	-	-	-	24.935
Parcela variável		(122)	(0)	(2.324)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		24.669	11.021	400.659	-	-	-	24.935
PIS e COFINS		(986)	(1.029)	(17.036)	-	-	-	(910)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(951)	(446)	(15.646)	-	-	-	(980)
Deduções da receita operacional bruta		(1.937)	(1.474)	(32.682)	-	-	-	(1.890)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		22.732	9.546	367.977	-	-	-	23.045
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS								
Pessoal		(43)	(1.052)	(18.508)	(432)	(459)	(513)	(861)
Material		(34)	(38)	(1.168)	-	-	-	(20)
Serviços de terceiros		(3.296)	(899)	(13.165)	(228)	(227)	(237)	(1.371)
Depreciação e amortização		(2.248)	(2.596)	(40.868)	(14)	(18)	(15)	(2.559)
Outras despesas operacionais		12	(179)	(4.864)	(48)	(59)	(44)	(264)
Custos e despesas		(5.609)	(4.764)	(78.573)	(722)	(763)	(809)	(5.076)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		17.123	4.782	289.404	(722)	(763)	(809)	17.970
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	2.866	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira		380	153	5.689	146	222	168	387
Despesas financeiras		(1.521)	6	(34.427)	(5)	(8)	(10)	(3.349)
Empréstimos e financiamentos		(845)	-	(5.237)	-	-	-	(995)
- Juros incorridos		(657)	-	(3.946)	-	-	-	(909)
- Variações monetárias		(187)	-	(1.291)	-	-	-	(86)
Debêntures		(368)	-	(27.477)	-	-	-	(2.389)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas		(308)	6	(1.713)	(5)	(8)	(10)	36
Resultado financeiro		(1.140)	159	(28.738)	141	214	158	(2.961)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		15.983	4.941	263.532	(580)	(549)	(650)	15.008
Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.424)	(478)	(25.972)	-	-	-	(933)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		10.559	4.463	237.560	(580)	(549)	(650)	14.076
EBITDA		19.371	7.378	330.272	(708)	(745)	(793)	20.529
Margem EBITDA		85,2%	77,3%	89,8%	0,0%	0,0%	0,0%	89,1%

4.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

	R\$ MM	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Lucro Líquido		327,1	277,6	17,8%	1.071,3	648,3	65,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social		32,9	12,3	166,8%	147,4	55,4	166,1%
Despesas Financeiras Líquidas		41,4	51,3	-19,1%	211,2	222,6	-5,1%
Depreciação e Amortização		1,7	1,4	22,6%	6,4	3,9	63,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(85,5)	(97,8)	-12,5%	(301,3)	(168,6)	78,7%
EBITDA		317,6	244,7	29,8%	1.135,0	761,6	49,0%
Margem EBITDA		56,3%	67,9%	-11,6 pp	69,4%	70,7%	0,0 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

	R\$ MM	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Lucro Líquido		201,2	304,5	-33,9%	942,8	1.088,7	-13,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social		24,2	54,1	-55,2%	170,7	260,9	-34,6%
Despesas Financeiras Líquidas		41,4	51,3	-19,1%	211,2	222,6	-5,1%
Depreciação e Amortização		48,9	47,6	2,7%	191,8	188,7	1,7%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(55,6)	(63,6)	-12,6%	(211,5)	(224,8)	-5,9%
EBITDA		260,2	393,9	-33,9%	1.305,0	1.536,1	-15,0%
Margem EBITDA		78,4%	88,4%	-10,0 pp	85,5%	88,5%	-3,1 pp

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu e TBE se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.10. Balanço Patrimonial

R\$ 000 Balanço	IFRS 2018	Ajuste	Regulatório 2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	20.869	-	20.869
Títulos e valores mobiliários	798.604	-	798.604
Clientes	159.200	-	159.200
Ativo contratual de concessão	863.892	863.892	-
Impostos e contribuições sociais	35.688	-	35.688
Dividendos e JCP a receber	5.578	-	5.578
Outros ativos circulantes	43.837	-	43.837
Total do Ativo Circulante	1.927.668	863.892	1.063.776
Títulos e valores mobiliários	4.339	-	4.339
Ativo contratual de concessão	4.592.202	4.592.202	-
Impostos e contribuições diferidos	-	(113.605)	113.605
Impostos e contribuições sociais	26	-	26
Investimentos	1.912.944	340.673	1.572.271
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	13.618	-	13.618
Depósitos judiciais	28.295	-	28.295
Instrumentos financeiros derivativos	29.853	-	29.853
Outras contas a receber	18.301	-	18.301
Imobilizado	23.218	(4.114.754)	4.137.972
Intangível	65.828	(141.458)	207.287
Total do Ativo Não Circulante	6.688.625	563.057	6.125.568
Total do Ativo	8.616.293	1.426.950	7.189.343
Passivos			
Fornecedores	58.314	-	58.314
Impostos e contribuições sociais	44.768	-	44.768
Empréstimos e financiamentos	10.750	-	10.750
Debêntures	417.529	-	417.529
Dividendos e JCP a pagar	8	-	8
Taxas regulamentares	68.553	-	68.553
Outras contas a pagar	46.883	-	46.883
Total do Passivo Circulante	646.804	-	646.804
Empréstimos e financiamentos	409.781	-	409.781
Debêntures	2.461.895	-	2.461.895
Impostos e contribuições diferidos	163.738	134.138	29.600
Tributos diferidos	286.886	286.886	-
Provisão para contingências	28.475	-	28.475
Obrigações especiais	-	(12.305)	12.305
Outras contas a pagar	46.664	-	46.664
Total do Passivo Não Circulante	3.397.438	408.719	2.988.719
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.042.034	-	3.042.034
Reserva de capital	594.507	-	594.507
Reserva de lucros	878.340	-	878.340
Dividendos adicionais propostos	57.170	-	57.170
Prejuízos acumulados	(0)	1.018.231	(1.018.231)
Total do Patrimônio Líquido	4.572.051	1.018.231	3.553.820
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	8.616.293	1.426.950	7.189.343

4.11. Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.071.305
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(301.256)
Depreciação e amortização	6.400
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	16.090
Receita de aplicações financeiras	(62.913)
Custo construção - provisão fornecedores	252.287
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e financ	58.702
Juros e variações monetárias sobre debêntures	247.197
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(39.522)
Imposto de renda e contribuição social correntes	86.611
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.752
Tributos diferidos	7.146
Receita de construção e indenização	(415.403)
Provisão (Reversão) para parcela variável	551
	987.947
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	15.035
(Aumento) Redução no saldo de ativo financeiro	5.234.481
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(11.997)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	(0)
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	0
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	5.343
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(233.273)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(5.252)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	1.641
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	232.342
	5.238.321
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	6.226.268
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97.661)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	6.128.607
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de TVM e outros investimentos	(165.995)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(36.438)
Aquisição de coligadas	(3.514)
Aumento de capital em controladas em conjunto	(30.850)
Aumento de capital em coligadas	(460)
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(237.257)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	350.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(344.191)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(12.744)
Captação de debêntures	510.942
Pagamento de debêntures - principal	(380.202)
Pagamento de debêntures - juros	(134.908)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(9.480)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	(15.094)
Pagamento de dividendos e JCP	(960.203)
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(995.881)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	56.681
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	20.869
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(35.812)

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.